

Trabalho de Conclusão de Curso 2007

SAMUEL BRUNO DO NASCIMENTO CARVALHO

Bacharel em Teologia pelo Unasp, Campus Engenheiro Coelho, SP
TCC apresentado em dezembro de 2007
Orientador: Reinaldo W. Siqueira, Ph. D.

O USO DA FORÇA PELO CRISTÃO: estudo exegético de Mateus 26:52

RESUMO: A presente pesquisa enfoca o tema do uso da força pelo cristão e tem como principal objetivo analisar o texto de Mateus 26:52 – “*Então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão*”. Considerando que as opiniões dos teólogos são discordantes a esse respeito, a fim de identificar uma interpretação adequada foi realizada a análise do texto, do contexto histórico, dos aspectos literários e semânticos do verso em estudo. A partir dessa análise, pôde-se perceber que as evidências internas e externas relacionadas ao verso apontam para a interpretação de que a passagem refere-se a uma proibição contra o uso da força para fins religiosos. Quanto ao uso da força pelo Estado, verificou-se que este é legítimo e necessário à manutenção da sociedade. Além disso, o estudo serve para mostrar que, para o cristão individualmente, não há escusas para atitudes violentas, mesmo em situações em que a retribuição seja justificável.

Palavras Chave: Uso da Força; Retribuição; Fins Religiosos; Estado; Atitude Violenta.

THE USE OF FORCE BY A CHRISTIAN: AN EXEGETICAL STUDY OF MATHEW 26:52.

Abstract: The present research focuses the theme of the use of force by a Christian and has as its main objective to analyze the text of Mathew 26:52 – “Then Jesus said to him: ‘Put your sword back into its place, for all those who take up the sword shall perish by the sword’” (NAS). In view that the opinions are divergent among scholars concerning this issue, in an essay to verify its adequate interpretation, it was undertaken an analysis of the text, of its historical context, and its literary and semantic aspects. From such analysis it was possible to perceive that the internal and external evidences related to the text point that the verse speaks of an interdiction of the use of force for religious purposes. The use of force by the State, however, is a legitimate necessity for the maintenance of order in society. The study concluded also that for a Christian, in an individual basis, there is no excuse for violent attitudes, even in situation where retribution could be justified.

Keywords: Use of Force; Retribution; Religious Objectives; State; Violent Attitude.

SAMUEL BRUNO DO NASCIMENTO CARVALHO

**O USO DA FORÇA PELO CRISTÃO:
um estudo exegético de Mateus 26:52**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Teologia
do Centro Universitário Adventista
de São Paulo – Campus
Engenheiro Coelho como requisito
parcial à obtenção da graduação no
Bacharelado em Teologia sob a
orientação do Prof. Reinaldo W.
Siqueira, Ph. D.

Engenheiro Coelho – S.P.

Novembro de 2007

**O USO DA FORÇA PELO CRISTÃO: um
estudo exegético de Mateus 26:52**

Trabalho de Conclusão de Curso
Apresentado em Cumprimento Parcial
dos Requisitos para o Título de Bacharel
em Teologia

Por

Samuel Bruno do Nascimento Carvalho

COMISSÃO DE APROVAÇÃO:

Orientador Avaliação Reinaldo W. Siqueira
Professor de Teologia Bíblica

José Miranda da Rocha Data da Aprovação Professor de Teologia
Aplicada

ABSTRACT

A presente pesquisa enfoca o tema do uso da força pelo cristão, e tem como principal objetivo analisar o texto de Mateus 26:52 –“*Então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão*”. Considerando que as opiniões dos teólogos são discordantes a esse respeito, a fim de identificar uma interpretação adequada foi realizada a análise do texto, do contexto histórico, dos aspectos literários e semânticos do verso em estudo. A partir dessa análise, pôde-se perceber que as evidências internas e externas relacionadas ao verso apontam para a interpretação de que a passagem refere-se a uma proibição contra o uso da força para fins religiosos. Quanto ao uso da força pelo Estado, verificou-se que este é legítimo e necessário à manutenção da sociedade. Além disso, o estudo serviu para mostrar que, para o cristão individualmente, não há escusas para atitudes violentas, mesmo em situações em que a retribuição seja justificável.

Palavras Chave: Uso da Força; Retribuição; Fins Religiosos; Estado; Atitude Violenta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
0.1. Problema	1
0.2. Metodologia	1
CAPÍTULOS	
I. REVISÃO DE LITERATURA	3
1.1. Proibição Categórica Contra o Uso da Força	3
1.2. Proibição Contra o Uso da Força com Fins Religiosos	3
1.3. Não se Trata de uma Proibição Contra o Uso da Força	4
1.4. Conclusão Parcial	4
II. O TEXTO	6
2.1. Delimitação da Perícopes	6
2.1.1. Elementos de Unidade	6
2.1.2. Elementos de Divisão	6
2.2. O Texto da Perícopes	7
2.3. Tradução	7
2.4. Conclusão Parcial	8
III. CONTEXTO HISTÓRICO	9
3.1. Contexto Geral	9
3.1.1. O autor	9
3.1.2. Data e local	10
3.1.3. Contexto Histórico	12
3.2. Contexto Específico	15
3.3. Conclusão Parcial	16
VI. CONTEXTO LITERÁRIO	18
4.1. Gênero Literário	18
4.2. Forma Literária	18
4.3. Estrutura Literária	18
4.3.1. Estrutura do Livro	18
4.3.2. Estrutura da Perícopes	20
4.4. Figuras de Linguagem	20
4.5. Conclusão Parcial	22
V. ANÁLISE LÉXICO-SINTÁTICA, TEMÁTICA E TEOLÓGICA	23
5.1. O Contexto da Palavra na Frase	23
5.2. O Contexto da Palavra na Perícopes.....	24
5.3. O Contexto da Palavra no Livro.....	24
5.4. Paralelo de Palavras	27
5.5. Paralelo de Idéias	31

5.6. Paralelo de Ensinos Gerais	31
5.7. Conclusão Parcial	33
VI. REAÇÃO CRÍTICA E REFLEXÃO TEOLÓGICA.....	36
6.1. Reação Crítica.....	36
6.2. Reflexão Teológica.....	37
CONCLUSÃO	39
BIBLIOGRAFIA	42

INTRODUÇÃO

0.1. PROBLEMA

Em Mt 26:52 encontram-se as seguintes palavras de Cristo, dirigidas a um dos Seus discípulos: *“Então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada â espada perecerão”* (Almeida [trad.], 1993, p. 26-27). Como entender essa declaração de Jesus? Seria esta uma proibição categórica contra o uso da força? Ou seria apenas uma ordem isolada de Cristo dirigida ao seu discípulo? Estaria Jesus estabelecendo uma lei de causa e efeito para todos aqueles que usarem qualquer tipo de arma?

O objetivo deste trabalho é compreender o sentido da ordem proferida por Jesus ao Seu discípulo. Para tanto, foi desenvolvida uma exegese do texto na tentativa de se estabelecer uma definição do significado da passagem e sua interpretação segundo o seu contexto bíblico.

0.2. METODOLOGIA

Para atingir este objetivo, será utilizado o método da “Leitura Atentiva” (Close Reading) do texto. No primeiro capítulo, será feita uma revisão de literatura para ver as diferentes interpretações existentes entre os autores sobre a ordem proferida por Jesus ao Seu discípulo. As divisões desse capítulo serão decorrentes das posições dos escritores.

No capítulo dois, será analisado o texto bíblico da passagem em questão. Primeiro será delimitada a perícope na qual o verso se encontra. Depois, será feita uma verificação do texto em si, na intenção de identificar possíveis variantes e suas implicações para o texto. Por fim, será fornecida uma tradução do texto da perícope analisada.

No terceiro capítulo, será abordado o contexto histórico da passagem. Primeiramente, será apresentado o contexto histórico geral do livro de Mateus, e depois o contexto histórico específico da passagem analisada.

No capítulo quarto, será analisado o contexto literário, definindo qual é o gênero e a forma literária da perícopes. Será também apresentada a estrutura literária do livro de Mateus, e depois da perícopes. Por fim, serão apresentadas as figuras de linguagem que aparecem no texto.

No quinto capítulo, será feita uma análise léxico-sintática, temática e teológica do texto em questão. O contexto da palavra será focalizado, primeiramente na frase em que se encontra, e em seguida na perícopes e no livro, verificando também o paralelo de palavras, de idéias e por fim, de ensinamentos gerais.

No sexto capítulo, será realizada primeiramente uma análise crítica sobre as diferentes interpretações do tema desse estudo apresentadas no capítulo um, à luz das descobertas realizadas ao longo dessa pesquisa. Em seguida, será desenvolvida uma reflexão sobre algumas decorrências daquilo que foi descoberto, mostrando sua contribuição para os temas da vida cristã, do Messias e, finalmente, suas implicações quanto ao cumprimento da missão da Igreja.

Por fim, na conclusão, será apresentado um resumo das descobertas feitas ao longo do trabalho e se procurará responder às perguntas que foram levantadas nessa introdução.

CAPÍTULO I

REVISÃO DE LITERATURA

Ao fazer a revisão da literatura que trata sobre o assunto em questão, pode-se perceber que os escritores se dividem em três grupos: (1) os que consideram a passagem uma proibição categórica contra o uso da força; (2) os que acreditam que o verso proíbe apenas o uso da força para defender ou propagar a causa de Deus; (3) e aqueles que acreditam que o texto não é uma proibição contra o uso da força.

1.1. PROIBIÇÃO CATEGÓRICA CONTRA O USO DA FORÇA

Os que defendem esta posição (Stanley, 1975, p. 168; Brown, Fitzmeyer, Murphy [eds.], 1972, v. 3, p. 283; Nichol [ed.], 1978-1990, v. 5, p. 516; Lancellotti, 1980, p. 235; Simeon, 1956, v. 11, p. 560; Benedicto, Pinheiro [eds.], 2003, p. 10) afirmam que esta passagem não é apenas um provérbio, mas uma paráfrase de Isaías (cf. Is 50:11) e por isso deve ser interpretada literalmente. Segundo eles, a atitude de Pedro foi imoral, pois contrariou o espírito de sua religião, o amor, e foi por isso que Jesus o repreendeu. Conclui-se então que a violência deve ser enfrentada somente com a confiança total na providência divina, sendo que a vida de Jesus é o exemplo para os cristãos. Consegue-se mais quando se age de forma submissa, com aceitação e resignação. A guerra nunca trás em seu final a paz e a autodefesa é uma desculpa que acaba justificando a violência entre pessoas e nações. A força sempre reagirá contra aqueles que dela lançarem mão, pois há uma inclinação humana natural que não pode ser mudada. Mesmo que o uso da força seja para defender um ideal nobre, a paixão por justiça trará consigo a amargura, o desgosto e uma alma cansada. Sendo assim, os que desconsideram este princípio sofrerão as penalidades de sua desobediência.

1.2. PROIBIÇÃO CONTRA O USO DA FORÇA COM FINS RELIGIOSOS

De acordo com os autores que defendem esta posição (Erdman, 1974, p. 268; Broadus, 1949, p. 691; Longman, Garland, 2000, v. 8, p. 547-548; Ironside, 1978, v. 11, p. 365; Pfeiffer, Harrison [eds.], 1968, p. 979; Spence, Exell [eds.], 1977, v. 15, p. 546; Ryle, 1959,

p. 137; Poole, 1974, v. 3, p. 131), a lição central desta passagem é a proibição do uso da força em defesa de Cristo. O princípio a ser extraído do texto é que a força a ser usada na causa de Cristo não é a física, mas a força moral e espiritual. Cristo não deseja que o homem obedeça pelo uso da coerção, mas por amor, e o amor não pode ser forçado. Ao ordenar que Pedro guardasse sua espada Jesus estava dizendo que nunca mais deveria usá-la para fins religiosos. Portanto, para os que defendem esta posição, é o uso da força para propagar ou defender a causa divina que será vingado.

1.3. NÃO SE TRATA DE UMA PROIBIÇÃO CONTRA O USO DA FORÇA

Segundo este parecer (Mounce, 1996, p. 256; Tasker, 1991, p. 199; Davidson, 1990, v. 2, p. 981 ; France, 1995, p. 375-376; Schmid, 1973, p. 523; Champlin, 2002, v. 1, p. 607, Hendriksen, 1975, p. 925) a passagem é um provérbio e deve, portanto, ser interpretada não como regra geral proibitiva de quaisquer ações defensivas, sob quaisquer circunstâncias. Para eles, o texto está limitado ao contexto em que se encontra já que as circunstâncias desse incidente não são bastante amplas para assegurar que Jesus teria permitido a guerra em determinados casos, ou a autodefesa ou outras ações violentas quaisquer.

Os que advogam esta posição alegam que a espada tem seu uso legítimo para garantir direitos civis e a liberdade dos povos, a lei de Deus não põe fim a essas leis. Por vezes, é inevitável usar a força. Pode-se empregá-la licitamente na defesa dos povos oprimidos. As autoridades militares de um país precisam ter uma espada para manter a ordem, reprimir saques e outros delitos em suas terras e, com essa finalidade, o uso da espada não pode ser reprovado. Os defensores desta posição afirmam ainda que na prática percebe-se que não é verdade que os que lançam mão da espada sempre morrem à espada. Portanto, segundo os defensores desta opinião, qualquer afirmação categórica contrária ao uso da força requer escritos adicionais para fundamentá-la.

1.4. CONCLUSÃO PARCIAL

Pode-se ver que os autores possuem divergências em suas opiniões se o texto em questão trata-se de uma proibição quanto ao uso da força. Neste capítulo foram apresentadas três posições diferentes: a passagem é uma proibição categórica, o texto

proíbe apenas o uso da força para fins religiosos e a posição de que o texto não é uma proibição contra o uso da força. Essas diferentes posições mostram ainda mais a necessidade e a importância de se fazer uma exegese do texto.

CAPÍTULO II

O TEXTO

2.1. DELIMITAÇÃO DA PERÍCOPE

A perícope da passagem que está sendo analisada vai de Mt 26:36 até Mt 26:56. Para chegar a essa conclusão, procurou-se respeitar os limites naturais do texto, averiguando os elementos de unidade e de divisão explícitos no próprio texto bíblico.

2.1.1. Elementos de Unidade

Ao verificar o contexto da perícope delimitada, observa-se que o tema unificador é a angústia de Jesus pela proximidade da crucifixão”, e isso ocorre dentro de uma mesma localização geográfica, o Getsêmani. Isso traz uma fluidez do texto ou unidade temática.

Jesus, entristecido e angustiado pela proximidade da cruz, conduz os discípulos ao Getsêmani (cf. Mt 26:36-38). Ora então ao Pai para que se fosse possível Lhe poupasse este sofrimento (cf. Mt 26:39). Os discípulos, cansados, por três vezes não suportam a vigília (cf. Mt 26:40-44), sendo que Jesus sempre os desperta, enfatizando que esperava seu consolo e apoio neste momento de aflição (cf. Mt 26:45-46).

A expectativa da cruz tornou-se realidade quando o traidor e a turba chegam para prendê-Lo (cf. Mt 26:47-50). Um dos discípulos tenta reagir (cf. Mt 26:51), mas Jesus aceita de forma submissa o sofrimento (cf. Mt 26:52-55). Por fim, diante do perigo os discípulos fogem (cf. Mt 26:56).

2.1.2. Elementos de Divisão

A perícope inicia em Mt 26:36, pois ocorre uma mudança de ambiente e de tema. Jesus e os discípulos deixam a casa onde celebravam a Páscoa e vão para o Getsêmani orar pelos momentos de sofrimento que se aproximavam (cf. Mt 26:18 e 36).

O término da perícopé, em Mt 26:56, ocorre devido à mudança de ambiente e ao tema encontrado em Mt 26:57. Jesus, após ser abandonado pelos discípulos, é conduzido pela turba à casa de Caifás, onde passa a ser interrogado a respeito de ser Ele o Cristo, o Filho de Deus. Assim é quebrada a fluidez do texto.

2.2. O TEXTO DA PERÍCOPE

Na perícopé em questão, ao analisar o texto grego (Aland et al., 2001, p. 103105) não são encontradas variantes.

2.3. TRADUÇÃO (Almeida [trad.], 1993, p. 26-27)

26: ³⁶ Em seguida, foi Jesus com eles a um lugar chamado Getsêmani e disse a seus discípulos: Assentai-vos aqui, enquanto eu vou ali orar; ³⁷ e, levando consigo a Pedro e aos dois filhos de Zebedeu, começou a entristecer-se e angustiar-se. ³⁸ Então, lhes disse: A minha alma está profundamente triste até à morte; fica aqui e vigiai comigo.

³⁹ Adiantando-se um pouco, prostrou-se sobre o seu rosto, orando e dizendo: Meu Pai, se possível, passe de mim este cálice! Todavia, não seja como eu quero, e sim como tu queres. ⁴⁰ E, voltando para os discípulos, achou-os dormindo; e disse a Pedro: Então, nem uma hora pudeste vós vigiar comigo? ⁴¹ Vigiai e orai, para que não entreis em tentação; o espírito, na verdade, está pronto, mas a carne é fraca. ⁴² Tornando a retirar-se, orou de novo, dizendo: Meu Pai, se não é possível passar de mim este cálice sem que eu o beba, faça-se a tua vontade. ⁴³ E, voltando, achou-os outra vez dormindo; porque os seus olhos estavam pesados. ⁴⁴ Deixando-os novamente, foi orar ele terceira vez, repetindo as mesmas palavras. ⁴⁵ Então, voltou para os discípulos e lhes disse: Ainda dormis e repousais! Eis que é chegada a hora, e o Filho do Homem está sendo entregue nas mãos de pecadores.

⁴⁶ Levantai-vos, vamos! Eis que o traidor se aproxima.

⁴⁷ Falava ele ainda, e eis que chegou Judas, um dos doze, e, com ele, grande turba com espadas e porretes, vinda da parte dos principais sacerdotes e dos anciãos do povo. ⁴⁸ Ora, o traidor lhes tinha dado este sinal: A quem eu beijar, é esse; prendei-o. ⁴⁹ E logo, aproximando-se Jesus, lhes disse: Salve, Mestre! E o beijou. ⁵⁰ Jesus, porém, lhes disse: Amigo, para que vieste? Nisto, aproximando-se eles, deitaram as mãos em Jesus e o prenderam. ⁵¹ E eis que um dos que estavam com Jesus, estendendo a mão, sacou da espada e, golpeando o servo do sumo sacerdote, cortou-lhe a orelha. ⁵² Então, Jesus lhe disse:

⁵²

Então, Jesus lhe disse: Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada à espada perecerão. ⁵³ Acaso, pensas que não posso rogar a meu Pai, e ele me mandaria neste momento mais de doze legiões de anjos? ⁵⁴ Como, pois, se cumpririam as Escrituras, segundo as quais assim deve suceder? ⁵⁵ Naquele momento, disse Jesus às multidões: Saístes com espadas e porretes para prender-me, como a um salteador? Todos os dias, no templo, eu me assentava [convosco] ensinando, e não me prendeste. ⁵⁶ Tudo isto, porém, aconteceu para que se cumprissem as Escrituras dos profetas. Então, os discípulos todos, deixando-o, fugiram.

2.4. CONCLUSÃO PARCIAL

Neste capítulo verificou-se que o tema unificador da perícopé é a “angústia de Jesus pela proximidade da crucifixão”, que se enquadra em Mt 26:36 – 26:56. Esta constatação é de significativa importância para o presente estudo.

Ante a proximidade da cruz, angustiado pela perspectiva dos sofrimentos pelos quais passaria, Cristo assume uma postura de submissão e confiança nos planos do Pai. Enfrenta esse momento crucial empunhando armas espirituais, buscando Deus em oração. De Seus discípulos, espera apenas conforto e solicitude espiritual. Quando um deles, em defesa da vida do Mestre, toma sua espada e desfere um golpe contra um dos soldados, é repreendido.

Essas considerações parecem favorecer a posição de que o texto de Mt 26:52 refere-se à proibição do uso da força para fins religiosos. Cristo, ao repreender o discípulo agressor, estaria excluindo qualquer possibilidade do uso da força para a defesa ou expansão do reino de Deus, cabendo ao transgressor uma punição justa por sua desobediência.

Não havendo variantes textuais dentro da seção, este capítulo nos auxilia ao esclarecer o tema da perícopé, que parece sugerir como apropriada a posição dos autores que consideram o texto de Mt 26:52 uma proibição contra o uso da força para fins religiosos.

CAPÍTULO III

CONTEXTO HISTÓRICO

3.1. CONTEXTO GERAL

3.1.1. O autor

A autoria do livro de Mateus é controversa, sendo que alguns teólogos negam a possibilidade de Mateus ter escrito o livro enquanto outros apontam o apóstolo como o autor do primeiro evangelho. Ao analisar a questão da autoria do livro de Mateus, Carson, Moo e Morris (1997) sistematizam os argumentos usados por ambos os grupos.

Entre aqueles que negam a autoria apostólica, os principais argumentos usados são: 1) suposta dependência literária do evangelho de Marcos, o que tornaria improvável que “um apóstolo empregasse em tão grande escala a obra de uma testemunha secundária tal como Marcos” (Carson, Moo e Morris, 1997, p. 81); 2) o grego do evangelho de Mateus é demasiadamente complexo para ter sido escrito por um discípulo judeu, e por isso, não pode ser atribuído a ele ou a qualquer outra das primeiras testemunhas (Kümmel, 1972, p. 121); 3) finalmente, a ignorância dos costumes e cultura judaicos é presumida de passagens como Mt 16:12, onde o autor estaria confundindo ensinamentos dos fariseus com o dos saduceus (Carson, Moo e Morris, 1997, p. 82).

Já os defensores da autoria de Mateus para o primeiro evangelho, baseiam-se nas seguintes evidências: 1) o testemunho dos pais da igreja, como Papias, Irineu, Orígenes, Eusébio e Jerônimo, é que Mateus escreveu o livro (Nichol [ed.], 1978-1990, p. 271; Tasker, 1991, p. 8-9); 2) diversas perícopes peculiares a Mateus descrevem em detalhes operações contábeis (cf. Mt 24-27; 18:23-35; 20:1-16; 26:15; 27:3-10; 28:11-15), mostrando que o autor do evangelho estava familiarizado com a área financeira, área original de atuação profissional de Mateus (cf. Mt 9:9; Lc 5:27); 3) contudo, o principal argumento é a forma modesta, às vezes autodepreciativa, com que o autor se refere a Mateus (cf. Mt 9:10; Lc 5:29). Somente este evangelho faz referência a “Mateus, o publicano” (cf. Mt 10:3).

Considerando os argumentos contrários à autoria de Mateus, pode-se perceber que estes carecem de evidências externas e baseiam-se em interpretações parciais do texto bíblico. Por outro lado, os defensores da autoria apostólica apontam tanto evidências internas como externas – principalmente o testemunho dos Pais da Igreja – que parecem ser mais consistentes e, por isso, nesta pesquisa pressupõe-se a autoria de Mateus para o primeiro evangelho.

3.1.2. Data e local

Diretamente relacionada à questão da autoria do evangelho de Mateus está a sua datação, onde também se encontra divergências de opiniões. Enquanto alguns teólogos defendem uma época tardia – meados do segundo século –, outros afirmam que o evangelho foi publicado antes do ano 70 d.C.

Teólogos que assumem uma data posterior para a composição do livro concentram-se principalmente nas seguintes questões: 1) dependência literária de Marcos; 2) anacronismos, como referências à destruição de uma cidade por incêndio (Mt 22:7) e alusões à igreja (Mt 18), características de um estágio posterior de desenvolvimento teológico; 3) o uso da expressão “atè os dias de hoje” em diversas passagens, indicando longo intervalo entre os acontecimentos dos dias de Jesus e a redação do evangelho; 4) tensões muito avançadas entre judeus e cristãos (Carson, Moo e Morris, 1997, p. 85-88).

Outros, que defendem a publicação do evangelho de Mateus antes do ano 70 d.C afirmam que: 1) os pais da igreja primitiva são unânimes em atribuir a Mateus uma data anterior (ibid, p. 88); 2) não pode ser indicado em Mateus nenhum caso incontestável de dependência de Paulo, o que dificulta uma datação posterior ao ano 90 d.C. para o evangelho. Se Mateus “foi escrito antes do ano 70, seria ainda mais fácil entender essa total independência em relação a Paulo” (id.); 3) o uso da expressão “atè os dias de hoje” è uma inferência pouco conclusiva, uma vez que a duração desse intervalo de tempo não pode ser definida; 4) algumas declarações no evangelho podem ser interpretadas como indicações de que o templo ainda estava de pé quando Mateus escreveu o evangelho (cf. Mt 5:23-24; 12:5-7; 23:16-22; 26:60-61), pressupondo-se uma datação anterior ao ano 70 d.C., provavelmente ao redor do ano 60 d.C.

Pode-se perceber que assim como na questão da autoria, os teólogos defensores da datação tardia baseiam-se fundamentalmente em análises parciais do evangelho. Os defensores de uma data anterior, ao contrário, encontram no evangelho evidências internas consistentes e que respondem algumas das principais questões levantadas por seus opositores. Portanto, o presente estudo concorda com uma datação anterior para a composição do evangelho de Mateus.

Sendo assim, ao elaborar o evangelho, Mateus teria como pano de fundo o contexto social, político e religioso da Judéia que levou à revolução judaica de 66-70 d.C. – uma rebelião com claras conotações religiosas. Liderados por Eleazar, filho do sumo-sacerdote, os zelotes ganharam destaque e tiveram parte ativa no conflito. Opositores ferrenhos ao pagamento de tributo dos israelitas a um governo pagão, alegavam que isso seria uma traição contra Deus, o verdadeiro Rei de Israel. Deste modo, instigavam seus compatriotas a resistirem com fanático valor ao domínio romano (Ros, 1963, p. 1387), e assim, criarem as condições adequadas para o estabelecimento do reino messiânico.

A crescente indignação estourou em franca revolta em 66 d.C., quando após muitas arbitrariedades, o Procurador da Judéia requisita 17 talentos do tesouro do Templo de Herodes. Guiados por Eleazar, tomaram a Cidade Santa, chegando a fazer do Templo sua guarnição. Contudo, seus esforços acabaram por apressar a destruição de Jerusalém e do Templo, e culminaram no suicídio coletivo do grupo de zelotes que se refugiou em Massada (id.).

Portanto, a ideologia que levou à revolução judaica – motivada em grande parte por um zelo religioso extremista – compunha parte destacada do cenário histórico por ocasião da elaboração do primeiro evangelho. Certamente, esta era uma razão importante para Mateus advertir seus compatriotas a conter seus ânimos violentos.

Tal como a data, nada de certo se pode afirmar sobre onde foi escrito este livro. A idéia mais comum entre os eruditos modernos é a de que o livro provavelmente tenha sido composto em Antioquia, um antigo centro cristão (Champlin, 2002, v. 1, p. 261; Mounce, 1996, p. 10; Carson, 2000, v. 8, p. 21-22).

Os leitores aos quais o Evangelho de Mateus se dirige parecem ser majormente judeus cristãos e judeus incrédulos. Seu propósito era converter os

últimos à fé em Jesus como o Messias da profecia, e confirmar a fé dos primeiros (Nichol [ed.], 1978-1990, v. 5, p. 1; Crabtree, 1952).

3.1.3. Contexto Histórico

Na época de Jesus, o povo judeu estava sob o domínio de Roma, sendo Tibério o imperador (14-37 d.C.). A Palestina era administrada pelo tetrarca Herodes na Galiléia, e um oficial romano na Judéia e Samaria, Pôncio Pilatos. Este assumiu o governo da Judéia no ano 26 d.C. Nomeado por Tibério, sua administração foi tumultuada e cheia de agitações. Era “rígido e teimosamente severo, de disposição sempre pronta a insultar os outros; era ainda excessivamente iracundo” (Packer, Tenney e White, 2000, p. 62; Rops, 1991, p. 43).

A população consistia principalmente de agricultores, donos de pequenas propriedades rurais, sendo que a agricultura era básica para a vida naquela região. O idioma comum era o aramaico. O comércio era ativo, utilizando dois sistemas monetários – romano e grego. O peso dos impostos era grande em vista dos dois tipos de tributação paralelos que lhes cabiam – os tributos civis e os religiosos – dos quais nenhum era leve. Assim, a questão tributária era um grande problema para os judeus, e muitos pequenos grupos tentaram revoltar-se. Durante o ministério de Jesus, os impostos por diversas vezes foram razão de intrigas (cf. Mt 17:24-27; Mc 12:13-17; Lc 20:21-26).

Em meio à influência helenista e a opressão pagã exercida pelos romanos, os judeus lutaram para manter seu caráter distintivo nacional e religioso. Esse ambiente de resistência favoreceu o surgimento de muitos grupos, quer a favor ou contrários a Roma. Na vida religiosa do judaísmo, esses grupos se dividiam em saduceus, fariseus, essênios, escribas, herodianos e zelotes (Nichol [ed.], 1978-1990, v. 5, p. 47-57; Ballarini, 1972, p. 26-59).

Mais político do que religioso, o grupo dos saduceus representava principalmente as famílias ricas, aristocratas, sacerdotais e políticas do povo judeu. Para eles, o mais importante era a conservação da paz com as autoridades romanas, a fim de tirarem vantagens sociais e econômicas. Do ponto de vista religioso, cuidavam do templo, do culto e da administração do sistema sacrificial. Tinham uma interpretação própria da Torah, aceitando apenas os cinco livros de Moisés. Segundo sua teologia, “Deus tem pouco interesse nos afazeres dos homens” (Silva, 1984, p.49). Deixaram de existir com a destruição do templo.

Os fariseus apareceram como partido religioso e político cerca do ano 120 a.C., opondo-se à forte influência helenista de seus dias. Pertenciam à classe média e tinham a simpatia do povo comum. Formavam um partido que pertencia ao Sinédrio, e sobre este exerciam grande influência. Esses, diferentemente dos saduceus, tinham em alta conta todas as Escrituras e a tradição oral. Enquanto os saduceus “estavam no mundo, viviam para o mundo, os fariseus eram separatistas. Olhavam mais para a vida futura” (ibid, p. 50). Assim, resistiam passivamente às autoridades romanas. Criam na providência de Deus, e nEle esperavam pela libertação. Neste ponto Jesus “era mais achegado aos fariseus” (ibid, p. 51) do que aos outros grupos que compunham o judaísmo do primeiro século. Passaram pela crise de 70 d.C. e conservaram os judeus unidos até o dia de hoje.

Já os essênios viviam em pequenas aldeias nas encostas do Mar Morto, na tentativa de se preservarem da corrupção moral das cidades. Em relação à ocupação romana, assumiam uma postura de indiferença e isolamento, vivendo à parte dos conflitos sociais e políticos de sua época. Seus ideais podem ser resumidos, segundo Ros (1963, v. 3, p. 142) em:

Amor a Deus, amor aos homens e amor a virtude. O amor de Deus se manifestava pela obediência a Sua Lei. O amor aos homens significava igualdade de todos e exclusão da escravidão, espírito de amizade e cuidado dos inválidos. O amor a virtude, além da pobreza, implicava frugalidade, sobriedade, continência, conformidade, paciência, renúncia à busca de honra e prazer, e suportar com valentia o sofrimento.

Contudo, apesar de assumirem essa postura de submissão, amabilidade e amparo social, seguiam estritamente a ordem de que, caso algum de seus membros blasfemasse contra o Legislador (Moisés), este deveria ser punido com a pena capital (ibid., p. 132). Ou seja, em relação ao uso da força, assumiam uma ética ambígua, pois apesar de serem contrários à revolta contra a opressão romana, defendiam o uso da violência para punir membros rebeldes.

Havia também os escribas, mencionados algumas vezes como sendo os doutores da lei. Eram especialistas na sagrada lei de Moisés e, por isso, tinham importância aos olhos de todos, que, geralmente, dependiam de sua interpretação da lei para as coisas mais comuns da vida. Numa nação regulada por leis, eram essenciais e extremamente respeitados. A maioria deles pertencia ao partido dos fariseus (Rodor, 2005).

Os herodianos não formavam uma coligação religiosa ou partido político. O termo denota uma atitude de judeus de influência favoráveis ao governo herodiano e ao império romano. Nos evangelhos, os herodianos são mencionados como inimigos de Cristo (Mc 3:6; Mt 22:16). Numa ocasião posterior, combinados com os fariseus tentaram envolver Jesus na questão se era legal ou não pagar tributo a César (Rodor, 2005).

Finalmente, havia o grupo dos zelotes, que formava um movimento religioso destinado a salvaguardar a pureza da Lei e que com o tempo se organizou em partido político (Ros, 1963, v. 6, p. 1387). Não hesitavam em usar a força e a violência, pois tinham a convicção de que Deus só faria intervenção e estabeleceria o reino messiânico se os judeus rejeitassem claramente qualquer governo que fizesse competição com o governo divino. Por essa razão, chegavam até mesmo a assassinar oficiais do governo romano (Boyer, 2001, p. 887). Antes de se converter, o discípulo Simão fora zelote (cf. Lc 6:15; At 1:13).

O Sinédrio era o “supremo tribunal de Jerusalém nos tempos do N.T.” Buckland, 1999, p. 411). Era composto por 71 membros, dentre os quais, o sumo sacerdote. Seus deveres envolviam “disposições acerca da religião prática, cuidar do templo, investigar dos direitos dos mestres religiosos, e entrar em relação com os Estados estrangeiros” (ibid., p. 412). Assim, controlava tudo que fosse associado a religião e como de fato tudo na comunidade judaica era ligado à religião, poderia ser dito que “o Sinédrio possuía o controle de tudo mesmo.” (Boyer, 2001, p. 887). Tinha “autoridade suprema na interpretação da lei mosaica, e, quando se manifestava sobre questões disputadas nos tribunais inferiores, seu veredicto era final” (Champlin, 1991, v. 6, p. 300).

Sob o comando do Sinédrio estava a polícia do templo. Podia prender e encarcerar os delinqüentes, aplicar multas e castigos corporais e excluir os criminosos da comunidade israelita (Morin, 1984, p. 103-104). Os dois partidos principais, os fariseus e os saduceus, eram representados no Sinédrio, sendo que o último possuía muito maior influência (Rops, 1991, p. 43).

Nos dias de Cristo, o sumo sacerdote assumia automaticamente a presidência do Sinédrio. No entanto, eram os dominadores romanos que decidiam quanto à sua nomeação: “intrigas, ameaças e frequentemente o suborno tinham parte na escolha. Se deixasse de agradar era deposto, a despeito de seu caráter inalteravelmente sagrado.” (Rops, 1991, p. 44).

O cargo era preenchido pelos membros da família sacerdotal de Anás (cf. Jo 18:13), cujo principal mèrito era “uma notável habilidade nas manobras políticas: uma família que conseguira manter o título durante cinqüenta anos” (ibid.). Sendo assim, neste período o sumo sacerdócio encontrava-se bastante enfraquecido e desacreditado.

Portanto, ao analisar o contexto histórico, político, sócio-econômico e religioso, pode-se perceber que durante o ministério de Cristo, as estruturas religiosas da Judéia se encontravam em estado de decadência e corrupção. A classe dos sacerdotes, os representantes do povo diante de Deus, ocupava-se mais com ações políticas e interesses financeiros. Os dominadores romanos, por sua vez, impunham grande fardo de impostos, além de em diversas ocasiões tumultuar a paz do povo com toda sorte de arbitrariedades.

Assim, a maior parte do povo aguardava ardentemente a vinda do Messias, o qual livraria Israel da opressão estrangeira e subjugaria todas as nações. Segundo se cria, este Messias seria um poderoso rei guerreiro que levantaria uma revolta e livraria Judá das mãos dos romanos (Silva, 2001, p. 61). Os próprios discípulos alimentavam a esperança do estabelecimento de um reino terrestre de domínios universais (cf. Lc 24:21), “e uma derrubada do governo romano” (Coleman, 1991, p. 245).

3.2. CONTEXTO ESPECÍFICO

Durante Sua última semana – semana em que ocorreu o incidente envolvendo o discípulo e o uso da força – Jesus viveu alguns dos momentos mais importantes de Seu ministério. Até então, o Mestre nunca havia aceitado o papel de Rei de Israel como o povo desejava. Mas, no primeiro dia da semana, caminha “em direção à porta de *Shaar Há Rakmim*, ou a Porta da Misericórdia, sem dúvida a mais óbvia passagem” (Silva, 2001, p. 242) de Jerusalém. Peregrinos que vinham para a Páscoa enchiam a estrada e abanavam ramos de palmeiras, aclamando a entrada triunfal de Jesus (Packer, Tenney e White, 2000, p. 115) – homenagens dignas à realeza judaica.

No dia seguinte (segundo a cronologia de Marcos), Cristo tem outra atitude atípica. Sua postura pacífica, semelhante a dos fariseus, agora parece assemelharse a dos zelotes ao derribar mesas e cadeiras, expulsar cambistas e proferir palavras duras contra sacerdotes corruptos (cf. Mc 11:27-33).

Com Seu ato, Cristo reprovava as ações dos comerciantes e encarregados do Templo, pois estes, em busca de interesses egoístas, distorciam o caráter de Deus e roubavam especialmente dos gentios a oportunidade de adorarem o Senhor. Além disso, esse era um sinal escatológico a ser cumprido pelo Messias, como predito em Zc 14:21 (Hagner, 1995, v. 33b, p. 600).

Contudo, nesses incidentes o povo pôde enxergar a solução para dois dos seus principais dilemas – a liberdade da opressão romana e o fim da corrupção religiosa. As aspirações populares foram reacendidas e provavelmente influenciaram a atitude do discípulo agressor.

Esse contexto teria então colaborado para que o Mestre orientasse novamente Seus discípulos em Mt 26:52 a absterem-se do uso da força.

3.3. CONCLUSÃO PARCIAL

Verificou-se que a autoria de Mateus é amparada por significativas evidências, e que provavelmente o apóstolo escreveu o evangelho antes de 70 d.C., com maior probabilidade durante os anos 60 d.C. Isto implicou na conclusão de que o contexto que levou à revolução judaica compunha parte significativa do contexto em que o evangelho de Mateus foi escrito. Esta rebelião foi, em grande medida, motivada por uma compreensão equivocada a respeito do Messias e o estabelecimento de Seu reino. Portanto, ao escrever o evangelho e tratar especificamente sobre o tema do uso da força, Mateus estaria corrigindo uma visão equivocada sobre o reino messiânico, e assim, aconselhando seus compatriotas a não envolverem-se com a revolta – que acabou resultando na destruição do Templo e de Jerusalém.

Com a análise do contexto geral, constatou-se que nos anos de ministério e morte de Cristo, a Judéia encontrava-se sob total domínio de Roma. Os judeus eram obrigados a suportarem toda sorte de arbitrariedade dos romanos e de Pôncio Pilatos, o que afetou significativamente a compreensão do povo em relação ao Messias esperado e Sua missão.

Outra constatação foi o estado de decadência e corrupção em que se encontravam as instituições religiosas nos dias de Jesus. Se na primeira repreensão contra o uso da violência Cristo corrige expectativas messiânicas distorcidas, na segunda, dirigida à

guarda do Templo, o Mestre condena o uso da força para a preservação da estrutura religiosa corrupta de Seus dias. Isso parece indicar que as duas repreensões de Jesus contra o uso da violência estão em oposição ao uso da força por motivações religiosas.

Nesse contexto, distintas posturas foram definidas entre os judeus, representadas pelas diferentes seitas, sendo que a atitude dos fariseus, de confiança no poder de Deus para libertação da opressão e estabelecimento do reino, foi a que mais se assemelhou à de Cristo. Isso demonstra que mesmo em situações de extrema opressão e injustiça, o Mestre espera que Seus seguidores assumam uma postura de confiança no poder divino, e não de retribuição violenta.

Esse fato também ressalta o papel das Escrituras na postura do cristão quanto ao uso da força, pois aqueles que mais se assemelhavam a Cristo quanto à compreensão da natureza e forma de estabelecimento do reino consideravam inspirada toda a Escritura de seu tempo.

Finalmente, o contexto específico contribuiu ao compor parte da conjuntura dos dias finais do ministério de Cristo. Essa análise levantou mais uma razão pela qual o Mestre teria reafirmado o princípio da não retribuição encontrado em Mt 26:52, um motivo religioso, visando corrigir e ampliar a compreensão de Seus discípulos sobre o Messias e Sua missão.

CAPÍTULO IV

CONTEXTO LITERÁRIO

4.1. GÊNERO LITERÁRIO

A perícopre analisada é composta, em sua totalidade, pelo gênero literário chamado *narrativa*, mais especificamente dentro do gênero *narrativa de “evangelho”*.

Este gênero pode ser dividido basicamente em ditos e narrativas, “ou seja: os ensinamentos de Jesus e a história acerca de Jesus.” (Fee, Stuart, 1991, p. 99).

4.2. FORMA LITERÁRIA

A perícopre em questão tem uma forma literária geral denominada *relato de paixão* (Brown, Fitzmeyer, Murphy [eds.], 1972, v. 3, p. 283; Aune, 1987, p. 52-53) e em sua estrutura encontram-se outras formas literárias específicas.

Em Mt 26:36-49, encontram-se duas formas literárias intercaladas. Em Mt 26:36-38; 26:40-41 e 26:45-49 aparece uma *conversação ou diálogo* (Brown, Fitzmeyer, Murphy [eds.], 1972, v. 3, p. 281). Em Mt 26:39 e Mt 26:42-44 há uma *oração de súplica* (id.). Já em Mt 26:50 encontra-se um *imperativo elíptico* (id.), seguido por uma *exortação* ou *repreensão* em Mt 26:51-55 (ibid., p. 283). Finalmente, em Mt 26:56, se encontra um *resumo de relato* (Aune, 1987, p. 54).

4.3. ESTRUTURA LITERÁRIA

4.3.1. Estrutura do livro (extraída de Pfeiffer, Harrison [eds.], 1980, v. 4, p. 2).

- I. Nascimento e infância de Jesus Cristo, 1:1-2:23.
 - A. Genealogia de Cristo, 1:1-17.
 - B. Nascimento de Cristo, 1:18-25.
 - C. Visita dos magos, 2:1-12.
 - D. Fuga para o Egito e massacre das crianças, 2:13-18.
 - E. Residência em Nazaré, 2:19-23.
- II. Começo do ministério de Jesus Cristo, 3:1-4:11.
 - A. O precursor de Cristo, 3:1-12.
 - B. Batismo de Cristo, 3:13-17.
 - C. Tentação de Cristo, 4:1-11.
- III. Ministério de Jesus Cristo, 4:12-25:46.
 - A. Na Galiléia, 4:12-18:35.
 - 1. Residência estabelecida em Cafarnaum, 4:12-17.

2. Chamada de quatro discípulos, 4:18-22.
3. Visão geral do ministério galileu, 4:23-25.
4. Sermão da Montanha, 5:1-7:29 (**5:5,9-12** – orientações sobre mansidão e não violência).
5. Dez milagres e acontecimentos relacionados, 8:1-9:38.
6. Missão dos doze, 10:1-42.
7. Resposta de Cristo a João e discurso relacionado, 11:1-30.
8. Oposição dos fariseus, 12:1-50.
9. Uma série de parábolas sobre o Reino, 13:1-58. 10. Retirada de Jesus após a decapitação de João, 14:1-36. 11. Conflito com os fariseus por causa de tradição, 15:1-20. 12. Retirada para a Fenícia e a cura da filha da mulher cananéia, 15:21-28. 13. Volta ao mar da Galiléia e realização de milagres, 15:29-38. 14. Novo conflito com os fariseus e saduceus, 15:39-16:4. 15. Retirada para a região de Cesárea de Filipos, 16:5-17:23. 16. Instrução dos Doze em Cafarnaum, 17:24-18:35.

B. Na Peréia, 19:1-20:16.

1. Ensinamentos sobre o divórcio, 19:1-12.
2. A benção das crianças, 19:13-15.
3. Entrevista com o moço rico, 19:16-30.
4. Parábola dos obreiros na vinha, 20:1-16.

C. Na Judéia, 20:17-34.

1. Outra profecia sobre a morte e ressurreição de Cristo, 20:17-19.
2. Pedido ambicioso dos filhos de Zebedeu, 20:20-28.
3. Cura de dois cegos, 20:29-34.

D. Em Jerusalém, 21:1-25:46.

1. Entrada triunfal, 21:1-11.
2. Purificação do templo, 21:12-17.
3. Maldição da figueira estéril, 21:18-22.
4. Objeções à autoridade de Jesus e sua resposta alegórica, 21:23-22:14.
5. Jesus é interrogado por diversos grupos, 22:15-46.
6. Jesus denuncia publicamente os fariseus, 23:1-39.
7. Discurso no Monte das Oliveiras, 24:1-25:46.

IV. A Paixão de Jesus Cristo, 26:1-27:66.

- A. Conspiração contra Jesus, 26:1-16.
- B. A refeição final, 26:17-30.
- C. Profecia da negação de Pedro, 26:31-35.
- D. Acontecimentos no Getsêmani, 26:36-56 (**26:51-56** – orientações sobre não violência).
- E. Acontecimentos nos tribunais judeus, 26:57-27:2.
- F. Remorso de Judas, 27:3-10.
- G. Acontecimentos nos tribunais romanos, 27:11-31.
- H. A crucificação, 27:32-56.
- I. Sepultamento, 27:57-66.

V. Ressurreição de Jesus Cristo, 28:1-20.

- A. Descobrimto da sepultura vazia, 28:1-8.
- B. Aparecimento de Jesus, 28:9,10.
- C. O que disseram os soldados, 28:11-15.
- D. A Grande Comissão, 28:16-20.

Ao se analisar a estrutura do livro, nota-se que esta põe em destaque o tema da não violência, indicando-o como um dos importantes ensinamentos de Cristo.

Em Seu primeiro ensinamento aos discípulos, no Sermão da Montanha (Mt 5.1-12), o Senhor descreve a postura que Seus seguidores deveriam assumir ante às dificuldades impostas pelo pecado e também pelos pecadores. Como visto no contexto histórico, a postura de rebelião contra os opressores era comum ao povo, e em Suas palavras iniciais de orientação, o Mestre propõe uma atitude inversa – a de submissão e confiança na justiça divina.

Na parte final do livro, que descreve as últimas horas do ministério de Jesus, o mesmo ensinamento é reafirmado de forma prática – face à morte e defendido por um discípulo, o Mestre rejeita qualquer atitude violenta em Sua defesa.

Assim, tanto no início como no termo de Seu ministério, Cristo preocupou-se com o tema da não violência.

4.3.2. ESTRUTURA DA PERÍCOPE (propõe-se esta estrutura para a perícopa em questão).

I. Getsêmani, 26:36-46.

- A. Jesus e os discípulos chegam ao Getsêmani, 26:36.
- B. Jesus, Pedro e os filhos de Zebedeu se afastam, 26:37-38.
- C. Jesus se adianta para orar, 26:39.
- D. Jesus encontra os discípulos dormindo e os repreende, 26:40-41.
- E. Jesus se adianta novamente para orar, 26:42.
- F. Jesus encontra os discípulos dormindo outra vez e volta a orar, 26:43-44.
- G. Jesus desperta os discípulos e anuncia a chegada do traidor, 26:46.

II. A prisão de Jesus, 26:47-56.

- A. Judas e a turba chegam ao Getsêmani, 26:47.
- B. Judas trai Jesus com um beijo, 26:48-49.
- C. Jesus indaga a Judas e é preso, 26:50.
- D. Um dos discípulos corta a orelha do servo do sumo sacerdote, 26:51.
- E. Jesus repreende o discípulo agressor, 26:52-55.
- F. Jesus repreende a turba, 26:55.
- G. Os discípulos fogem, 26:56.

4.4. FIGURAS DE LINGUAGEM

Na perícopa em questão foram encontradas quatro figuras de linguagem. Em Mt 26:39 e 42 há uma figura de linguagem chamada *símbolo*. Trata-se de uma representação de alguma coisa ou de algum fato por meio de outra coisa ou fato familiar que se considera a propósito para servir de semelhança ou representação

(Lund, Nelson, 1968. p. 80). Nestes dois versículos o símbolo usado è o “cálice”, que representar uma porção que cabe a alguém (ibid., p. 118).

Em Mt 26:40-41 encontra-se uma *epiterapia*, que consiste numa espécie de remédio curativo, a fim de suavizar, mitigar ou modificar o que se havia dito. Nestes versículos Jesus repreende os discípulos por estarem dormindo, mas depois suaviza sua repreensão afirmando que na verdade o espírito dos discípulos estava pronto, mas a carne era fraca (Bullinger, 1985, p. 382).

Já em Mt 26:50 há um *diasirno*. Esta figura de linguagem é uma espécie de elogio irônico, que tem por finalidade revelar as verdadeiras intenções de uma pessoa. Neste versículo Cristo chama Judas de “amigo” e depois pergunta ao discípulo traidor porque ele estava ali (ibid., p. 776).

De acordo com a opinião de diversos comentaristas (Lancellotti, 1980, p. 235; Brown, Fitzmeyer, Murphy [eds.], 1972, v. 3, p. 283; Mounce, 1996, p. 256; France, 1995, p. 375), Mt 26:52 é um *provérbio*. Provérbio “è uma expressão breve e específica de uma verdade” (Fee e Stuart, 1991, p. 206). Essa figura de linguagem é usada a fim de transmitir valores básicos e, freqüentemente, trata de atitudes práticas. Sendo assim, os provérbios:

Devem ser compreendidos de modo razoável e aceitos dentro de suas próprias condições. Não declaram tudo acerca de uma verdade, mas apontam em direção a ela. Interpretados literalmente, freqüentemente são tecnicamente inexatos. Mas como diretrizes facilmente aprendidas para formar um comportamento selecionado, são insuperáveis (ibid., p. 207).

Outra propriedade dos provérbios è que “tendem a empregar linguagem figurada e expressar as coisas sugestivamente ao invés de detalhadamente” (ibid., p. 208). Analisando-se o verso em estudo conforme as características de um provérbio, pode-se concluir que Mt 26:52 transmite um princípio básico – objeto de estudo desta pesquisa – mas não deve ser tomado como literal em todos os pormenores. Deste modo, a relação de causa e efeito entre o uso da espada e a morte pela espada não seria adequada, pois enfatiza aspectos periféricos do texto, ofuscando a verdade que o provérbio visa enfatizar.

4.5. CONCLUSÃO PARCIAL

Verificou-se neste capítulo que o gênero literário é uma narrativa de evangelho e que o texto em estudo trata-se de uma *exortação* ou *repreensão*, ou seja, um ensinamento direto do Mestre.

O estudo da estrutura do texto mostrou que Cristo deu lugar de destaque ao tema do uso da força durante seu ministério. As palavras iniciais do Mestre no Sermão do Monte em Mt 5:5, 9-12, dirigidas primariamente aos discípulos, indicavam a maneira como Seus seguidores deveriam agir. Já nos momentos que precederam a morte na cruz, Jesus reafirma de forma prática em Mt 26:51-56 que não era através da força que a vitória deveria ser alcançada. O reino não seria confiado àqueles que empunhassem espadas em nome do Mestre, mas sim, aos que, na defesa da verdade, se submetessem a injúrias, perseguições e injustiças. Portanto, a análise da estrutura ressaltou a importância do presente estudo, além de sugerir um contexto religioso para o verso de Mt 26:52, já que o propósito do texto seria o de corrigir a concepção distorcida de alguns judeus a respeito do ministério do Messias e do estabelecimento do reino.

Ao serem analisadas as figuras de linguagem, pôde-se verificar que no verso em estudo há uma figura de linguagem denominada *provérbio*. Essa constatação não se assemelha à daqueles que afirmam que o texto de Mt 26:52, por se tratar de um provérbio, não deve ser interpretado como regra proibitiva de quaisquer ações violentas. Ao contrário, considerando que os provérbios visam ensinar uma verdade central, afirma-se que há um princípio universal a ser extraído desse texto. Contudo, o que não pode ser interpretado literalmente são os pontos periféricos da passagem, para que o princípio principal ensinado pelo texto não perca sua força. Logo, a relação de causa e efeito entre uso e morte pela espada não deve ser literalmente estabelecida ao se interpretar o texto em estudo.

CAPÍTULO V ANÁLISE LÉXICO-SINTÁTICA, TEMÁTICA E

TEOLÓGICA

Primeiramente será feita uma análise léxico-sintática à uma palavra chave do verso em questão, onde está embutido o problema da pesquisa: a palavra é: *μαχαίρα* (Aland et al., 2001, p. 105).

“Μαχαίρα”

– esta palavra é um substantivo feminino, e é traduzida

literalmente por espada. Geralmente feita de ferro, esta arma tinha corte nos dois lados da lâmina e freqüentemente era protegida por uma bainha. Em sentido figurado, *μαχαίρα* também é símbolo de guerra, das divisões, das palavras violentas, dos castigos divinos e da palavra penetrante de Deus (Ventura, 1985, p. 329).

5.1. O CONTEXTO DA PALAVRA NA FRASE

Analisando-se o contexto da frase, pode-se ver que a declaração se divide em duas partes. Primeiro Jesus ordena que o discípulo agressor guarde sua espada. Na segunda parte, Jesus esclarecer o motivo pelo qual havia dado tal ordem ao discípulo, estabelecendo aparentemente uma relação de causa e efeito. Ele afirma que todos os que usassem uma espada receberiam uma reação oposta semelhante ao seu ato. Portanto, Jesus sugere ao discípulo que não use a espada, pois se o fizesse, pereceria à espada. Fica então a pergunta: estaria Jesus, através desta afirmação, proibindo qualquer tipo de uso da força pelo cristão?

No entanto, deve-se lembrar que segundo vários autores (Lancellotti, 1980, p. 235; Brown, Fitzmeyer, Murphy [eds.], 1972, v. 3, p. 283; Mounce, 1996, p. 256; France, 1995, p. 375), este verso trata-se de um provérbio e, portanto, é necessário prudência ao interpretar literalmente seus aspectos periféricos, devendo atentar-se ao princípio geral que este contém. Conforme as conclusões indicadas nos três últimos capítulos, pode-se afirmar que o princípio ensinado por Jesus em Mt 26.:52 é o da não-violência para o estabelecimento do reino messiânico, cabendo ao transgressor uma punição justa pela desobediência.

5.2. O CONTEXTO DA PALAVRA NA PERÍCOPE

Dentro da perícopa em questão, a expressão “μαχαιρα” aparece cinco vezes, Mt 26:47, 51, 52, 55, onde todos os versos podem contribuir na compreensão do problema levantado. Os versos 47 e 51 indicam que as pessoas que empunhavam espada na ocasião incluíam motivos religiosos em suas atitudes violentas. Por um lado, uma delas era o discípulo de Jesus, identificado em Jo 18:10 com sendo Pedro. Do outro lado, estava a multidão enviada pelos principais sacerdotes e anciãos do povo, que veio armada com espadas e porretes. Essa turba era a Guarda do Templo (Jeremias, 1983, p. 248), responsável por executar as ordens do Sinédrio. Mt 26:52 e 55 mostram que Jesus desaprova ambos, tanto o discípulo quanto a turba por sua atitude violenta.

No final da perícopa, Jesus também deixa claro que um dos motivos pelos quais o discípulo agressor havia agido de maneira violenta é porque ele ainda não havia compreendido corretamente como as profecias acerca do Messias deveriam se cumprir (v. 53 e 54). O Reino que Jesus trazia não era um governo terreno que deveria ser estabelecido e defendido pelo uso da força. O Messias não precisava ser protegido por forças humanas, já que se desejasse poderia convocar doze legiões de anjos.

5.3. O CONTEXTO DA PALAVRA NO LIVRO

O tema do uso da força é primeiramente destacado no evangelho pelas palavras de Cristo no Sermão da Montanha. Em Mt 5:9, Jesus trata acerca do uso da força pelo cristão. Nesta bem-aventurança, o Mestre ensina que Seus seguidores jamais deveriam procurar o conflito ou serem responsáveis por ele. Ao contrário, necessitam buscar a paz com todos. Nos versos 10-12, Cristo aprofunda Sua análise do uso da força ao descrever uma situação de perseguição religiosa em que os opressores usam força violenta contra aqueles que seguem a justiça. Jesus esperava que, mesmo com risco de morte, Seus seguidores não usassem retaliação ou vingança. Antes, deveriam se regozijar pela esperança da recompensa futura, pela confirmação da genuinidade de sua fé e por terem o privilégio de compartilhar dos sofrimentos de Cristo.

Para a compreensão do uso da força pelo cristão, o ponto alto do Sermão do Monte se encontra nos versos 38-48, onde Cristo recomenda atitude pacífica e sem vingança (vs. 38-42) e amor ativo aos inimigos (vs.43-48).

Tratando sobre vingança, em Mt 5:38 Jesus cita a lei mosaica da justa retribuição – “Olho por olho, dente por dente” – para então afirmar, no v. 39, que este princípio civil “não é aplicável aos nossos relacionamentos pessoais (...). Nosso dever para com os indivíduos que nos prejudicam não é a vingança, mas a aceitação da injustiça.” (Stott, 2001, p. 103). Aconselha, no verso 39, os cristãos a não resistirem ao perverso, e para isso usa $\alpha\nu\tau\iota\theta\sigma\tau\eta\mu\iota$,¹ que inclui os sentidos de resistir, opor-se, tornar-se o verbo desfavorável, colocar-se na frente de, enfrentar ou indispor-se com alguém ou alguma coisa (Kubo, 1975, p. 6).

Esse padrão exigido por Cristo é exemplificado por quatro situações ilustrativas: agressão física, demanda judicial, abuso de autoridade e empréstimo temerário¹. O conselho é que a parte lesada não pague o mau com o mau, ainda que seja justo. Ao contrário, que pague o mal com o bem, mesmo que isso exija o “máximo de seu corpo, de suas roupas, de seu trabalho, de seu dinheiro” (Stott, 2001, p. 106). Não que a vingança seja errada em si mesma, mas é prerrogativa de Deus e não do homem retribuir o mal (id.).

Contudo, segundo Stott (2001, p. 105):

As ilustrações de Jesus e o Seu exemplo pessoal não se referem ao covarde que não oferece resistência; Ele mesmo desafiou o principal dos sacerdotes, quando foi por este interrogado na corte. Antes, refere-se ao homem forte, cujo controle de si mesmo e cujo amor aos outros é tão poderoso que rejeita absolutamente qualquer forma concebível de retaliação.

Tal ordem do Mestre não deveria causar espanto ou temor ao cristão, pois:

Aquele que estiver impregnado do Espírito de Cristo, habita em Cristo. O golpe que lhe é dirigido cai sobre o Salvador, que o circunda com Sua presença. O que lhe aconteça vem de Cristo. Não precisa resistir ao mal, porque Cristo é sua defesa. Nada lhe pode tocar a não ser pela permissão de nosso Senhor. (White, 2002, p. 71).

¹ Cristo não nos ensina a emprestar “indiscriminadamente a todos quantos pedem por caridade; mas diz: „Livramento lhe emprestarás o que lhe falta” [Dt 15.7 e 8]; e isto deve ser uma dádiva, de preferência.” (White, 2002, p. 73).

Ao falar do amor ativo aos inimigos, Cristo cita uma tradição rabínica, “Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo”, que diferentemente da lei da justa retribuição não pode ser encontrada “em parte alguma do Antigo Testamento.” (Jones, 1984, p. 280)².

Fariseus e escribas defendiam a ideia de que “o próximo era apenas algum outro israelita. E ensinavam aos judeus a amarem a outros judeus, mas, ao mesmo tempo, ensinavam que os judeus precisavam considerar todas as pessoas de outras raças e nações não somente como estrangeiras, mas como inimigas” (ibid., p. 279). Assim, modificavam a “ordem divina de amar aos nossos próximos, transformando-a em permissão de também odiar aqueles que nos odeiam, os nossos inimigos pessoais.” (Stott, 2001, p. 117).

Jesus opõe-se a essa interpretação indevida, recomendando aos Seus seguidores que amassem os inimigos (v. 44). Para Ele, o próximo incluía não apenas familiares ou concidadãos, mas até mesmo um inimigo “que está a nossa procura com um punhal ou com uma arma de fogo. Nosso „próximo“, no vocabulário de Deus, inclui o nosso inimigo.” (ibid., p. 118). A única reação permitida é a oração.

Considerando os versos 38-48, Stott (2001, p. 119) sintetiza os ensinamentos de Cristo sobre o uso da força em nove etapas ascendentes:

Primeiro, não devemos tomar qualquer iniciativa perversa. Segundo, não devemos nos vingar do mal. Terceiro, temos de ficar quietos, e, quarto, temos de sofrer a injustiça. Quinto, temos de conceder ao malfeitor mais do que ele exige. Sexto, não devemos odiá-lo, mas (degraus 7 e 8) devemos amá-lo e lhe fazer o bem. Como nosso nono dever, temos de “suplicar” a Deus em benefício dele.

Agindo assim, o cristão demonstrará sua filiação divina, pois refletirá a própria maneira de Deus tratar os perversos – amor indiscriminado para com bons e maus (v.45). Qualquer um é capaz de amar queridos e odiar inimigos, mas o coração transformado pela graça divina é capacitado para transmitir desta mesma graça a todos (vs. 46 e 47). Finalmente, no v. 48, o crente é convocado à perfeição, o amor misericordioso pelo próximo (cf. Lc 6.36).

²

Os rabis usavam principalmente os textos de Lv 19:17 e 18 para justificar tal interpretação, mas desconsideravam a instrução do capítulo anterior (v. 38) que requeria cuidado do estrangeiro, sendo que este deveria ser considerado como o natural do povo de Israel (cf. Ex 12:49; 23:4 e 5; Dt 22:1-4).

5.4. PARALELO DE PALAVRAS

Na tradução do Velho Testamento, a LXX usou a palavra **μαχαίρα** mais comumente para traduzir a palavra “*herev*”. Incluindo essas ocorrências e as dos outros substantivos vertidos por **μαχαίρα** (“*barzel*”, “*hanit*” “*ma’akhelet*”), somam-se noventa e cinco ocorrências de **μαχαίρα** na LXX (Hatch, Redpath, 1984, p. 899 e (00) ³. Já no Novo Testamento, o termo **μαχαίρα** é encontrado vinte e oito vezes (Aland, 2001) ⁴. Em todas as ocorrências, ele aparece como um substantivo comum feminino.

No livro de Mateus, a palavra **μαχαίρα** aparece seis vezes. Ou seja, fora da perícopa há apenas uma ocorrência deste termo, em Mt 10:34. Este verso parece afirmar que Jesus incentivou o uso da força por seus seguidores ao dizer que não veio trazer paz à Terra, mas espada. No entanto, segundo Ventura (1985, p. v. 3, 329)

μαχαίρα também é símbolo de divisões, oposições e separação. Em Mt 10:35 - 38 pode-se perceber que as palavras ditas por Jesus estão vinculadas à oposição que os discípulos encontrariam por aceitarem a mensagem do reino dos céus. Ele está dizendo que as conseqüências provocadas por Sua mensagem poderiam incluir até mesmo divisões no lar.

Jesus enfatizou que a paz que Israel esperava, isto é, a prosperidade humana e política, bem como a derrota do império romano não eram o que Ele desejava estabelecer naquele momento. Jesus teve de ensinar que os discípulos do reino não deveriam esperar por isso. Pelo contrário, em Mt 10:39 Ele os aconselha a entregarem sua vida pela causa de seu Mestre, ao invés de se oporem às forças romanas.

Nos evangelhos sinóticos encontram-se paralelos sobre a prisão de Jesus e a reação de Pedro, sendo o do livro de Lucas o único a trazer informações adicionais. Em Lc 22:36-38, o incidente das duas espadas, que antecedeu as aflições do Getsêmani, é descrito com exclusividade. Jesus relembra os discípulos o tempo em que podiam depender de hospitalidade das multidões.

³

Gn 22:6; 22:10; 27:40; 34:25-26; Ex 15:9; 17:13; Lv 26:25; Nm 21:24; 22:29,31; Dt 13:16; 20:13; 32:41; Js 5:2-3; 19:48; 21:42; 24:31; 2 Sm 13:14; 20:8,10; 23:20; 1 Rs 3:24; 18:28; 1 Cr 5:18; 21:5,12; 2 Cr 23:9; Jó 1:15,17; Sl 152:7; Pr 5:4; 30:14; Is 2:4; 3:25; 14:19; 21:15; 22:2; 27:1; 31:8; 37:38; 41:2; 49:2; 65:12; Jr 5:12; 9:15; 14:13,16,18; 15:2,3,9; 18:21; 20:4; 21:7; 24:10; 25:17; 26:16; 27:16,35-37; 31:10; 32:29,31; 41:17; Ez 5:2; 5:12; 26:9,15; 28:7,23; 30:11,21-22; 31:17-18; 32:12,20-21,26-27; 32:29-30,32; 38:8,4.

⁴

Mt 10:34; Mt 26:47,51,52,55; Mc 14:43,47,48; Lc 21:24; Lc 22:36,38,49,52; Jo 18:10,11; At 12:2; At 16:27; Rm 8:35; Rm 13:4; Ef 6:17; Hb 4:12; Hb 11:34,37; Ap 6:4; Ap 13:10; Ap 13:14.

No entanto, afirma que agora o coração das pessoas havia se endurecido. Assim, incentiva os discípulos a cuidar de suas próprias necessidades. Dentre essas precauções, Jesus menciona a necessidade de se obter uma espada. Pode-se deduzir que durante este período de ameaças dos líderes civis e religiosos, Jesus permitiu que se tomassem medidas de proteção física, e por isso, recomendou que se adquirissem espadas. Porém, a maioria dos autores interpreta esta passagem em sentido figurado (Champlin, 1991, 2, p. 215; Morris, 1990, p. 291). A palavra espada neste caso teria sido usada por Jesus para simbolizar a situação de grave perigo que os discípulos enfrentariam. Os discípulos, porém, entenderam literalmente as palavras ditas por Jesus, e lhes trouxeram duas espadas, sendo que Jesus reage dizendo “Basta”. Há duas interpretações da resposta pronunciada por Jesus nesta ocasião. A primeira é que Ele teria achado suficiente duas espadas para enfrentar as dificuldades. No entanto, esta opinião não se concilia com a reprovação severa que Jesus faz a Pedro, nesta mesma noite, por usar sua espada para defender defendê-Lo (cf. Mc 14:17 e Jo 18:11). Teria Jesus orientado Pedro a possuir uma espada para depois condená-lo por usá-la?

Outra interpretação da resposta de Jesus é a de que ao dizer “Basta” Jesus estaria reprovando a compreensão literal dos discípulos a respeito de Suas palavras. Logo, a resposta dos discípulos evidencia que estes não compreenderam o que Jesus queria dizer ao afirmar que podiam apresentar somente duas espadas. Neste caso, “Basta” não quer dizer “duas serão suficientes”, mas sim, “basta deste tipo de conversa”. É um modo de “descartar um assunto no qual os discípulos estavam desesperadamente desnorteados” (Morris, 1990, p. 291). Portanto, de acordo com esta interpretação, Jesus estaria na verdade coibindo o uso da força para se defender de possíveis situações de risco.

O relato paralelo de Lucas sobre a detenção de Jesus trás outros dados adicionais. Em Lc 22:53, há a informação de que os capitães do templo estavam entre a turba. Eles eram os comandantes da polícia do Templo e, portanto, sua presença no meio da multidão confirma que a turba que veio prender Jesus era a guarda do Templo.

Lc 22:49 afirma ainda que os discípulos perguntaram a Jesus se poderiam usar as espadas para defendê-Lo. Um deles, no entanto, não esperou a resposta à pergunta e usou sua espada, cortando a orelha do servo do sumo sacerdote. A reação imediata de Jesus é importante, pois enfatiza que Ele não esperava que Seus discípulos o defendessem (cf. Lc 22:51). Esta passagem também ajuda a esclarecer o texto anterior de Lc 22:36. Se Jesus

houvesse recomendado que seus discípulos empunhassem espadas, teria Ele impedido que O defendessem no momento em que a multidão veio prendê-Lo?

A passagem de Rm 13:4 também é relevante para o estudo. Aqui o Estado recebe a autoridade da parte de Deus para trazer a espada, ou seja, condenar e punir o mal. Sendo assim, segundo a Bíblia há legitimidade no uso da força quando é praticada pela autoridade de um povo. Isso porque os deveres e as funções do Estado são totalmente diferentes daqueles do indivíduo. Este deve lutar contra o mal e a injustiça, enquanto que a responsabilidade individual para com o malfeitor è “não resistais ao perverso” (Mt 5.39). Jesus “não proibiu a administração da justiça, mas antes proibiu-nos de tomar a lei em nossas próprias mãos” (Stott, 2001, p. 113).

Em Hb 11:34 e 37 há dois exemplos de reações opostas que são significativos para a pesquisa. Hb 11:34 fala de homens do povo de Israel que venceram através da guerra. Já Hb 11:37 descreve os sofrimentos daqueles que foram apedrejados, torturados, provados, serrados ao meio, mortos a fio de espada por sua fé. Representariam estes dois grupos atitudes legítimas, porém, contraditórias?

Horton (2000, p. 129-152) elaborou um estudo sobre as implicações do sexto mandamento, intitulado “Quão Pró-Vida Somos Realmente?”, que esclarece o texto de Hb 11:24 e 37, bem como as demais passagens do Antigo Testamento a ele relacionadas. Segundo o autor, na história da redenção houve várias teocracias, sendo Adão o primeiro representante do governo de Deus na Terra. No Éden, Deus governava tanto a esfera religiosa como a político-social. Quando Israel se estabeleceu como nação, Deus continuou governando ambas as esferas através do rei, Seu representante. “A Cidade de Deus e a Cidade do Homem eram uma e a mesma, governada pelo rei, representante de Deus. Cada guerra era uma “guerra santa”, não apenas uma „guerra justa“.” (id.).

No entanto, nos evangelhos, Jesus anuncia a dissolução da teocracia judaica, sendo que o reino de Deus não pode mais ser identificado como uma única nação. Pelo contrário, quando Jesus esteve na Terra declarou: “O meu reino não è deste mundo” (Jo 18:36). Ou seja, o reino de Cristo “não è como o reino de Davi. Ele è, no presente, um reino em conflito espiritual, em vez de físico. Há uma luta para a redenção de homens e mulheres, e hoje è o tempo para a salvação, não para o julgamento” (ibid., p. 139). Por isso, è

è “inadequado falar ou agir em termos de vitória sobre os inimigos de Deus. Esta é a era não de hostilidade ou julgamento, mas de civilidade e evangelização; uma era de conversão, não de guerra” (ibid., p. 140).

Portanto, a partir desta análise pode-se compreender o sentido dos versos de Hb 11:34 e 37 e também das passagens do Antigo Testamento. Aqueles que são considerados vitoriosos por terem empregado a força em nome de Deus nas guerras foram pessoas usadas por Ele enquanto a teocracia vigorava em Israel.

Finalmente, deve-se analisar o texto de Ap. 13:10. Esta é uma passagem que contém um problema de crítica textual (Pohl, 2001. p. 110). Os manuscritos mais antigos se dividem em duas formulações, dificultando a definição de qual delas merece preferência. A primeira alternativa é utilizada em traduções como a Revista e Atualizada: “Se alguém leva para cativo, para cativo vai. Se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos”.

A segunda alternativa – “Se alguém è levado para cativo, para cativo vai. Se alguém for morto à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui é necessária a perseverança e a fidelidade dos santos” – é apoiada pela semelhança com a citação encontrada em Jr 15:2: “E será que, quando te disserem: Para onde iremos? Dir-lhes-ás: Assim diz o SENHOR: Os que para a morte, para a morte, e os que para a espada, para a espada; e os que para a fome, para a fome; e os que para o cativo, para o cativo”.

Quanto à perspectiva do uso da força, qualquer que seja a leitura escolhida a idéia permanece a mesma – ao Senhor pertence a retribuição pela injustiça ou infidelidade. Logo, o texto de Ap. 13:10 não trata de uma orientação à resistência ou autodefesa por parte dos cristãos que estavam sendo perseguidos. Seu objetivo é advertir os fiéis que a perseguição e o martírio poderiam sobrevir, mas estes devem aceitar o sofrimento com perseverança e fidelidade, pois no final da história do mundo, Deus dará a recompensa aos fiéis e o castigo aos ímpios e perseguidores.

5.5. PARALELO DE IDÉIAS

Um vocábulo sinônimo a, no $\mu\alpha\chi\alpha\rho\alpha$, Novo Testamento, é o termo $\rho\omicron\mu\phi\omicron\upsilon\alpha$.

Esta palavra é de origem duvidosa, mas era usada para designar uma arma de grande tamanho, uma espécie de espada ou lança. É empregada em sentido literal em Ap 6:4 e metaforicamente, como instrumento de angústia, em Lc 2:35 e juízo em Ap 1:16; 2:12, 16; 19:15, 21 (Vine, 2002, p. 72). Dos textos em que $\rho\omicron\mu\phi\omicron\upsilon\alpha$ aparece, apenas a passagem Ap 6:8 contribui para a pesquisa. Este verso é parte da descrição de quatro cavaleiros de Ap 6:1-8. O cavalo branco representa a verdadeira religião bíblica ou, mais especificamente, o verdadeiro cristianismo. Ao cavaleiro do animal vermelho é dada uma “espada”, simbolizando a “violência” e a “guerra”. O homem do cavalo preto representa escassez e fome. A Bíblia identifica o quarto cavaleiro como representando a morte (Maxwell, 2002, p.181). Os revezes simbolizados pelos três últimos cavaleiros deveriam sobrevir à Igreja em tempos futuros quando esta se afastasse da pureza original. Um retrospecto histórico mostra que esses cavaleiros preencheram seu papel através de desastres, intrigas, e morte que sobrevieram ao cristianismo (id.).

No entanto, há um modo de a Igreja vencer os três cavaleiros maus. Embora seja afligida por guerras, escassez e morte, o retorno ao cristianismo verdadeiro, à genuína religião bíblica pode proteger os cristãos dessas ameaças. Este é o significado do cavaleiro branco. Ou seja, a vitória da Igreja depende do regresso à pureza do evangelho. Portanto, este verso afirma que em momentos de dificuldade e perseguição, a vitória do cristão encontra-se no apego ao evangelho, e não no uso da violência como forma de oposição e resistência (id.).

5.6. PARALELO DE ENSINOS GERAIS

Considerando os outros ensinamentos bíblicos do Novo Testamento relacionados ao uso da força, o texto de Lc 3.14 trás uma orientação adicional. Segundo o relato, soldados arrependidos procuraram João Batista ao final de seu discurso a fim de saber como receber o perdão. A ligação com os publicanos mencionados no verso anterior (Lc 3.12), indica que, provavelmente, sua função era a de proteger os coletores de impostos, e que pertenciam ao mesmo contexto de corrupção.

Esses soldados eram provavelmente judeus mercenários, alistados a serviço de Herodes Antipas (Nolland, 1995, v. 35a, p. 702). Se fossem romanos, certamente João Batista lhes teria dito que deveriam acreditar no verdadeiro Deus. Contudo, ambos os verbos usados por João em sua advertência – “διασεΐσητε” e “συκοφαντήσητε” – estão relacionados à extorsão, e freqüentemente aparecem juntos como sinônimos (Nichol, p. 702). Este era o pecado dominante sobre o qual deviam obter a vitória. A continuação do verso – “contentai-vos com o vosso soldo” – aponta para a mesma conclusão: João não condenou os soldados por serem soldados, mas sim, destacou que deviam exercer sua autoridade com justiça e misericórdia (id.). Deste modo, seria correto afirmar que cristãos que ocupam cargos de segurança pública não estão sob condenação ao exercerem suas funções. Antes, devem desempenhar suas tarefas com honestidade e compaixão.

A passagem de Rm 8:36 também auxilia na compreensão do problema. Neste verso, Paulo afirma que os crentes serão sujeitos às perseguições por causa de sua profissão religiosa. Sendo assim, ao invés de sugerir resistência ou oposição, o apóstolo se gloria nas tribulações, certo de que nem a morte pode separar o crente do amor de Deus. Para enfatizar suas palavras, Paulo compara esta realidade com o sacrifício de ovelhas. Essa expressão indica total submissão daqueles que escolheram a Cristo diante de perseguições religiosas (cf. Rm 8:37-39).

O texto de Rm 12:17 afirma que o mal deve sempre ser compensado pelo bem, e a vingança evitada, pois esta pertence exclusivamente ao Senhor. De acordo com Rm 12:19-21, a atitude para com um inimigo nunca deve ser de oposição violenta, pelo contrário, se o inimigo tiver fome, deve-se dar-lhe de comer, se tiver sede, oferecer-lhe o que beber. Segundo Ef 6:12 a luta que o cristão deve travar não é física, mas espiritual, contra as forças do mal. A única arma que o cristão pode usar livremente para defender é a “espada do Espírito”, que è a Palavra de Deus (cf. Ef 6:17; Hb 4:12).

No entanto, os textos de I Tim 2:2; Tito 3:1; I Pe 2:13, 14 e Jo 19:11 afirmam que toda autoridade procede de Deus, e como ministro de Deus, pode usar armas para punir aqueles que praticam o mal e estabelecer novamente o bem na sociedade (cf. Rm 13:1-7). Até mesmo Jesus reconheceu a legitimidade do poder dos governos humanos (cf. Mt 22:21), se submetendo à pena capital (cf. Jo 19:11). Os textos do AT fazem referência à diversas vezes em que o povo de Israel usou armas em batalhas sob a direção divina. Isso

aconteceu na guerra contra Amaleque (Ex 17:8-16; 1 Sm 15:1-9), contra os filisteus (1 Sm 7:1-14), contra os amonitas (1 Sm 11:1-11), contra Jericó (Js 6:2), contra Ai (Js 8:1), contra os cananeus (Js 11:19,20) e muitas outras vezes, mencionadas principalmente nos livros históricos do Antigo Testamento. O próprio Deus é conhecido como “Homem de Guerra” (Ex 15:3; Is 42:13) e “Senhor dos Exércitos” (Ex 12:41; 1 Sm 17:5; Sl 46).

Esta aparente contradição com os demais textos do Novo Testamento já foi esclarecida anteriormente, a partir do estudo de Horton.

5.7. CONCLUSÃO PARCIAL

Ao tratar inicialmente sobre o significado da palavra *μαχουποι*, percebeu-se que esta inclui tanto um sentido literal como figurado. Essa constatação indica a abrangência da declaração de Jesus em Mt 26.52, referindo-se tanto ao uso de armas como a atos e atitudes violentas. Isso contribui para o estudo, pois confirma a relevância da análise do uso da força pelo cristão a partir do referido texto.

Tratando do contexto da palavra na frase, verificou-se que a passagem de Mt 26:52 é composta de duas partes, sendo a primeira uma proibição, e a segunda, uma advertência quanto à desobediência da ordem do Mestre. Segundo a definição de provérbio como figura de linguagem, sugeriu-se que o princípio ensinado por Cristo nesta ocasião foi o da não-violência para o estabelecimento de Seu reino – aplicação baseada na primeira parte do verso. Já a segunda parte, sobre o uso da espada, consiste numa advertência aos desobedientes, alertando-os que receberão uma punição justa por não seguirem a ordem do Mestre.

Já no contexto da palavra na perícopé, pôde-se perceber que Jesus repreende o discípulo agressor por usar a espada para defendê-Lo. Cristo também deixa claro que a compreensão distorcida sobre o estabelecimento do reino influenciara diretamente a atitude do discípulo. Essas constatações conduzem à conclusão de que a proibição do verso refere-se ao uso da força em defesa de convicções religiosas, e que tal atitude reflete uma compreensão distorcida dos princípios do reino de Deus.

No contexto da palavra no livro, o Sermão do Monte contribui significativamente. Os versos de Mt 5.38-48 orientam tanto a não retribuição, mesmo que seja justa, como também o amor ativo ao perverso.

A análise da ordem para

A análise da ordem para “não resistir ao perverso” mostrou que esta inclui até mesmo a autodefesa, já que se

A análise da ordem para “não resistir ao perverso” mostrou que esta inclui até mesmo a autodefesa, já que se alguém ferir a face direita do crente é melhor voltar-lhe também a outra. Ou seja, a vingança é prerrogativa divina, não cabendo ao crente a vingança, mesmo que isso exija prejuízo pessoal.

O paralelo de palavras permitiu o exame comparativo do texto em estudo com seu correspondente em Lucas 22.52 que trás elementos adicionais. Segundo Lucas, a turba que viera para prender Jesus era chefiada pelos capitães do Templo – o que reitera a motivação religiosa daqueles que também foram repreendidos por Jesus ao usarem espadas. Contudo, a principal contribuição desta análise foi a de esclarecer que ao dizer “Basta!”, Cristo não estava dizendo que duas espadas seriam suficientes. Ao contrário, estava afirmando que já era hora dos discípulos compreenderem que armas deveriam ser usadas na causa de Seu Mestre – as armas espirituais da oração, da fé e da confiança em Deus.

As outras ocorrências de $\mu\upsilon\zeta\upsilon\iota\pi\omicron\varsigma$ nos sinóticos parecem inicialmente dizer que Cristo apoiou o uso da força. No entanto, o estudo dos textos mostrou a intenção do Mestre de preparar Seus seguidores para tempos difíceis de perseguição e prova de fé. Já a análise de Rm 13 mostrou que há um uso legítimo da força, e este deve ser exercido pelo Estado. Deste modo, a posição que afirma não existir nenhuma justificativa para o uso da força, contradiz o que o apóstolo Paulo afirma neste texto.

No paralelismo de idéias percebeu-se que a Igreja poderia sofrer perseguições, escassez e morte. No entanto, a solução que Ap. 6.1-8 oferece não é a oposição violenta às dificuldades, mas sim, o apego ao evangelho verdadeiro.

O paralelismo de ensinoss gerais mostrou que toda autoridade é investida por Deus e, portanto, pode utilizar armas para estabelecer o bem na sociedade. Portanto, alinha-se à análise de Rm 13 ao diferenciar as funções do Estado e as responsabilidades dos indivíduos.

Uma aparente contradição entre as passagens do Antigo e Novo Testamentos foi verificada – enquanto no primeiro homens fiéis do povo de Israel vencem pela guerra; no Novo Testamento, Deus espera de Seus filhos resignação ante aos conflitos pela fidelidade ao evangelho. No entanto, a partir do estudo de Horton concluiu-se que o uso

de armas legitimado pela Bíblia, neste contexto, está relacionado à teocracia do povo de Israel.

Portanto, as conclusões deste capítulo abrangem tanto a compreensão do verso em estudo bem como as abrangentes orientações bíblicas para o uso da força pelo cristão. Enquanto em Mt 26:52, o Mestre coíbe o uso da força num contexto religioso, nas demais passagens bíblicas Ele, reiteradas vezes, orienta o crente a não resistir ao mal, mas esperar confiantemente na providência e cuidado divinos.

CAPÍTULO VI

REAÇÃO CRÍTICA E REFLEXÃO TEOLÓGICA

Após analisar o texto e abordar os seus problemas, será feita uma reflexão sobre as implicações descobertas ao longo da pesquisa para a teologia bíblica e a visão bíblica proporcionada depois do estudo deste assunto. Também será estabelecido um posicionamento, a partir dos dados encontrados no texto, em relação às diferentes propostas de interpretações da passagem apresentadas no primeiro capítulo.

6.1. REAÇÃO CRÍTICA

A opinião dos autores que consideram o texto de Mt 26:52 uma proibição categórica contra o uso da força não concorda com algumas conclusões apresentadas durante a pesquisa. Segundo o contexto específico, tanto o discípulo como a guarda do Templo incluíam motivos religiosos em suas atitudes violentas. Sendo assim, a situação em que foram ditas as duas repreensões de Jesus contra o uso da violência sugere uma oposição ao uso da força para fins religiosos, e não uma proibição absoluta. Além disso, foi visto que o verso em estudo trata-se de um provérbio e, portanto, não pretende ser literal nem universalmente aplicável. Diante destas conclusões, a posição que defende uma proibição categórica ao uso de armas pelos cristãos se enfraquece.

Por outro lado, diante das considerações anteriores e conclusões da pesquisa, a posição dos autores que vêem em Mt 26.52 uma proibição contra o uso da força para fins religiosos demonstra-se mais adequada. Como já enfatizado, tanto o contexto específico, como a análise da perícopes, indicam que as atitudes violentas por ocasião da prisão de Cristo envolviam grandemente motivações religiosas por parte dos agressores. Assim, ao ordenar que Pedro guardasse sua espada, Jesus estava dizendo que esta não deveria ser usada para fins religiosos. Diante disso, conclui-se que o princípio a ser extraído do texto é o de que a força a ser usada na causa de Cristo não é a física, mas a força moral e espiritual.

Finalmente, os autores que defendem a opinião de que o texto em estudo não se trata de uma proibição contra o uso da força estão de acordo com os ensinamentos gerais da Bíblia ao afirmarem que a espada tem o seu uso legítimo. Quando usada por autoridades civis para manter a ordem, reprimir saques e outros delitos, a espada tem legitimidade. Também concordam com a conclusão estabelecida na pesquisa de que o contexto do verso é limitado. Estes autores, porém, ao afirmarem que às vezes é inevitável usar a força, não consideram o ensino bíblico de que um cristão nunca deve ter atitudes violentas, mesmo para autodefesa.

6.2. REFLEXÃO TEOLÓGICA

As implicações para a Teologia Bíblica envolvem principalmente a compreensão do tema da vida cristã, do Messias e também da missão da Igreja. Para a vida cristã, o estudo enfatizou a necessidade de confiança em Deus e submissão às autoridades do Estado na busca da justiça. Mesmo em situações em que a retribuição seja justa, o cristão deve esperar em Cristo e não retaliar o mal, mesmo que isso lhe cause prejuízo. No entanto, isso não implica em passividade e condescendência com o erro, e sim, em firmeza de convicções e domínio próprio. Contudo, fiéis que exercem profissões geridas pelo Estado e que exigem o uso da força – como policiais – não são bíblicamente censurados (cf. Lc 3.14). Aconselha-se que se abstenham do abuso do poder, cumprindo suas responsabilidades com justiça e misericórdia.

Considerando o tema do Messias, as informações obtidas durante a pesquisa contribuem para reafirmar Suas características e missão. Cristo, ao vir a Terra, não procurou estabelecer um reino terreno, maior e mais glorioso do que todos os que o precederam. Jesus não fundou um império eterno, onde os judeus eternamente viveriam em paz, livres de qualquer ameaça ou opressão. Pelo contrário, o livro de Mateus, a perícopes em questão, e o texto estudado mostram um Messias humilde e sofrido, que deve morrer para cumprir Sua missão redentora.

Para a Igreja, pode-se contribuir mostrando como sua missão em relação ao mundo deve ser cumprida. De acordo com a perícopes analisada, qualquer tentativa de se defender ou expandir o evangelho através do uso de meios violentos é completamente equivocado.

Deus deseja uma obediência motivada pelo amor, e este sentimento não pode ser exigido ou despertado pelo medo. O cristianismo não é religião que deve impor-se pela força, ou pela violência. Esta é uma orientação que a Igreja deve se lembrar, já que “poucos são os países cristãos onde não se tenha cometido o erro de querer modificar as opiniões dos homens, por meio da violência, da tortura, da prisão ou mesmo da morte” (Ryle, 1959, p. 137).

Outra implicação é a separação que deve haver entre a Igreja e o Estado. Segundo a perspectiva bíblica, o Estado é quem foi investido de autoridade para julgar criminosos, manter a paz e o bem estar de uma sociedade. À Igreja, foi conferida a missão de pregar o evangelho para libertar pessoas da escravidão do pecado. Esses propósitos não devem ser confundidos. Quando Israel vivia uma teocracia, as leis da nação e as leis divinas estavam unidas. Os juízos eram executados por sanção divina e sob imediata direção de Deus. No entanto, esta teocracia foi interrompida, e agora o povo de Deus não está investido de autoridade para administrar ou punir crimes civis em nome do Senhor. Segundo a Bíblia (cf. I Tim 2:2; Tito 3:1; I Pe 2:13, 14 e Jo 19:11), apenas os governos podem julgar e condenar aqueles que praticam o mal, com o objetivo de estabelecer novamente o bem na sociedade.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo foi feita uma revisão de literatura e descobriu-se que os autores se dividem em três grupos. Primeiro, aqueles que afirmam que a ordem proferida por Jesus é uma proibição categórica contra o uso da força; segundo, os que afirmam o texto proíbe apenas o uso da força para fins religiosos; e finalmente, os autores que defendem opinião de que a passagem não é uma proibição contra o uso da força. Este capítulo reforçou a necessidade de se fazer uma exegese do texto.

No segundo capítulo, delimitou-se a perícopes do verso, descobrindo que ela se enquadra em Mt 26:36-56, tendo como tema unificador “a angústia de Jesus pela proximidade da crucifixão”. Ao ser analisado o texto da perícopes, observou-se que não havia nenhuma variante. O auxílio fornecido por este capítulo foi o de mostrar que o assunto da perícopes envolve questões espirituais, relacionadas ao estabelecimento do reino. Diante dessa constatação, a posição de que o texto de Mt 26:52 refere-se à proibição do uso da força para fins religiosos mostrou-se mais adequada ao tema da perícopes.

No terceiro capítulo, que analisou o contexto histórico geral, optou-se por Mateus como o provável autor do evangelho que leva seu nome, e por uma época anterior aos anos 70, com maior probabilidade durante os anos 60, para data de composição do livro. O principal objetivo do evangelho era convencer judeus que Jesus era o Messias prometido. Após analisar o contexto específico, percebeu-se que tanto o discípulo como a guarda do Templo incluíam fortes motivos religiosos em suas atitudes violentas. Essa ênfase do evangelho reforça que as idéias de Cristo discordavam do pensamento de uma grande maioria de seus contemporâneos, pensamento este que resultou na revolta contra Roma e na destruição de Jerusalém. Desse modo, reafirmou-se a constatação de que o contexto de Mt 26.52 sugere a oposição do Mestre ao uso da força para fins religiosos.

No quarto capítulo, determinou-se o gênero literário, a forma literária, a estrutura do livro e da perícopes e as figuras de linguagem da perícopes em questão. Verificou-se neste capítulo que o gênero literário de Mt 26.52 è o “dito” (subdivisão do gênero narrativa de “evangelho”), e que para se compreender seu significado è fundamental a análise do contexto em que este se encontra. Essa conclusão se opõe à posição dos teólogos que defendem uma proibição categórica do uso da força.

Já a análise da estrutura contribuiu para o estudo ao mostrar que o texto encontra-se na seção em que Mateus mostra a forma como o reino deveria ser estabelecido. Essa constatação confirmou o arcabouço religioso em que o verso de Mt 26.52 se encontra. Ao serem analisadas as figuras de linguagem, pôde-se verificar que no verso em estudo há uma figura de linguagem denominada *provérbio*. Diante desta análise, estabeleceu-se um princípio geral para o texto – não-violência para o estabelecimento do reino – excluindo a possibilidade de uma interpretação literal para a relação de causa e efeito para o uso da espada.

No quinto capítulo foi feita uma análise léxico-sintática, temática e teológica. Ao analisar o contexto da palavra na perícopa percebeu-se que a repreensão que Jesus fez ao discípulo impulsivo foi porque este usou a espada para defendê-Lo. Isto sugere que a proibição do verso deveria ser aplicada às situações em que a força é usada para defender convicções religiosas. No paralelo de palavras foi apresentado que Jesus nunca aconselhou Seus seguidores a usarem armas. Em Mt 10:39, Jesus chega a dizer que seus discípulos devem entregar a vida pela causa de seu Mestre, ao invés de se oporem às forças perseguidoras. Segundo Lc 22:36-38, Jesus não recomenda o uso de armas aos seus seguidores mesmo em situações de perigo.

Uma aparente contradição entre as passagens do Antigo e Novo Testamentos foi verificada. Enquanto no Novo Testamento o uso da força pelos cristãos é proibido, no Antigo são descritas ocasiões em que o Senhor ordenou que Seu povo usasse de violência para com outras nações. No entanto, a partir do estudo de Horton concluiu-se que no Antigo Testamento, o uso da força estava relacionada à teocracia do povo de Israel. No entanto, após a interrupção da teocracia, os cristãos não estão investidos de autoridade para reagirem à perseguições.

No paralelismo de idéias foram considerados os textos do Novo Testamento *πομπαια ε* em que o termo aparece. Segundo essa análise, a Igreja poderia sofrer perseguições, escassez e morte. No entanto, a solução que Ap. 6.1-8 oferece não é a oposição violenta às dificuldades, mas sim, o apego ao evangelho verdadeiro.

Já o paralelismo de ensinamentos gerais da Bíblia, sobre o uso da força pelo cristão, mostrou que há um uso legítimo da força exercida pelo Estado, que foi instituído por Deus para, dentre outras finalidades, resistir ao mal.

Mesmo fiéis, quando em exercício de funções geridas pelo Estado e que exijam o uso da força – como policiais ou militares – não são biblicamente censurados (cf. Lc 3.14). Contudo, aconselha-se que se abstenham do abuso do poder.

No capítulo seis foi feita uma análise crítica das interpretações sobre a ordem dada por Jesus ao Seu discípulo. A opinião dos autores que defendem uma proibição categórica desconsidera o contexto da perícopé e do verso. Já os que acreditam que Mt 26.52 não se trata de proibição ao uso da força estão de acordo com os ensinamentos gerais ao afirmarem que a espada tem seu uso legítimo. Também concordam com a conclusão estabelecida na pesquisa de que o contexto do verso é limitado. Contudo, ao afirmarem que às vezes é inevitável ao cristão usar a força, não consideram o ensino bíblico de que um fiel nunca deve ter atitudes violentas, mesmo para autodefesa. Finalmente, a proibição contra o uso da força para fins religiosos mostrou-se mais coerente com a análise do texto, que mostra que as atitudes violentas por ocasião da prisão de Cristo envolviam motivações religiosas dos agressores.

Depois de todas estas conclusões, pode-se responder às perguntas apresentadas na introdução: como entender essa declaração de Jesus? Seria esta uma proibição categórica contra o uso da força? Não, esta declaração está inserida num contexto religioso de proibição do uso da força para o estabelecimento do reino. Seria apenas uma ordem isolada de Cristo dirigida ao seu discípulo? Não, de acordo com a pesquisa realizada, a orientação bíblica é que os cristãos não devem usar força ou violência para defender ou expandir o evangelho. Apenas as autoridades civis das nações têm o direito de usar a força, e isto com o objetivo de defender o bem estar da sociedade. Estaria Jesus estabelecendo uma lei de causa e efeito para todos aqueles que usarem qualquer tipo de arma? Uma lei de causa e efeito não pode ser estabelecida a partir do verso de Mt 26.52, já que, conforme o presente estudo, o texto trata-se de um provérbio, ou seja, uma figura de linguagem que não pretende ter aplicação literal.

BIBLIOGRAFIA

ALAND, Kurt et al. *The Greek New Testament*. Grand Rapids/MI: William B. Eerdmans, 2001.

ALMEIDA, João Ferreira de (Trad.). *Bíblia Sagrada: revista e atualizada*. Barueri/SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

AUNE, David E. *The New Testament in Its Literary Environment*. Philadelphia/PA: The Westminster Press, 1987.

BALLARINI, P. Teodorico (Ed.). *Introdução à Bíblia: com antologia exegética*. Traduzido por João Evangelista Martins Terra. 4 v. Petrópolis/RJ: Vozes, 1972.

BENEDICTO, Marcos de; PINHEIRO, Paulo Roberto (Eds). *Declarações da Igreja*. Tatuí/SP: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

BROADUS, John A. *Comentário sobre el evangelio según Mateo*. Traduzido por Sarah A. Hale. El Paso/TX: Casa Bautista de Publicaciones, 1949.

BROWN, Raymond E.; FITZMEYER, Joseph A.; MURPHY, Roland E. (Eds.). *Comentário bíblico "San Jerônimo"*. 3 v. Traduzido por Jesus V. Malla e Juan J. del Moral. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1972.

BOYER, Orlando. *Pequena enciclopédia bíblica*. São Paulo: Editora Vida, 2001.

BUCKLAND, M. A. *Dicionário Bíblico Universal*. São Paulo: Editora Vida, 1999.

BULLINGER, E. W. *Diccionario de figuras de dicción usadas en la Biblia*. Barcelona: Editorial Clie, 1985.

CARSON, D. A.; MOO, Douglas J.; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. Traduzido por Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CRABTREE, A. R. *Introdução ao Novo Testamento*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1952.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. 6 v. São Paulo: Hagnos, 2002.

_____. *Enciclopédia de Bíblia e Teologia*. 6 v. São Paulo: Candeia, 1991.

COLEMAN, William L. *Manual dos tempos e costumes bíblicos*. Venda Nova/MG: Betânia, 1991.

DAVIDSON, F. (Ed.). *O novo comentário da Bíblia*. 2 v. São Paulo: Edições Vida Nova, 1990.

ERDMAN, Charles R. *El evangelio de Mateo*. Grand Rapids/MI: Zondervan Publishing House, 1974.

FEE, Gordon D.; STUART, Douglas. *Entendes o que lês?*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

FRANCE, R. T. *The Gospel According to Matthew: an Introduction and Commentary*. Leicester: Inter-Varsity, 1995.

HAGNER, Donald A. *Matthew 14-28*. Dallas/TX: Word Books, 1995 (*Word Biblical Commentary*, v. 33b).

HATCH, Edwin; REDPATH, Henry A. *A Concordance to The Septuagint, and the other Greek Versions of the Old Testament (including the Apocryphal Books)*, 3v. Grand Rapids/MI: Baker Book House, 1984.

HENDRIKSEN, William. *New Testament Commentary*. Grand Rapids/MI: Baker Book House, 1975.

HORTON, Michael. *A lei da perfeita liberdade: a ética bíblica a partir dos Dez Mandamentos*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

IRONSIDE, H. A. *Expository Notes on the Gospel of Matthew*. New York: Loizeaux Brothers, 1978.

JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de história econômicossocial no período neotestamentário*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

JONES, Martyn Lloyd. *Estudos no Sermão do Monte*. São Paulo: Editora Fiel da Missão Evangélica Literária, 1984.

KUBO, Sakae. *A Reader's Greek-English Lexicon of The New Testament and a Beginner's Guide for the Translation of New Testament Greek*. Grand Rapids/MI: Zondervan Publishing House, 1975.

KÜMMEL, Werner Georg. *The New Testament: the History of the Investigation of Its Problems*. Nashville/TN: Abingdon Press, 1972.

LANCELOTTI, Angelo. *Comentário ao evangelho de São Mateus*. Traduzido por Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda, 1980.

LONGMAN, Tremper; GARLAND, David E. *The Expositor's Bible Commentary*. 12 v. Grand Rapids/MI: Zondervan Publishing House, 2000.

LUND, E.; NELSON, P. C. *Hermenêutica*. São Paulo, SP: Editora Vida, 1968.

MAXWELL, Mervyn C. *Uma nova era segundo as profecias do Apocalipse*. Tatuí/SP: Casa Publicadora Brasileira, 2002.

MORIN, Émile. *Jesus e as estruturas de seu tempo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

MORRIS, Leon L. *Lucas: introdução e comentário*. São Paulo/SP: Mundo Cristão, 1990 (Série Cultura Bíblica).

MOUNCE, Robert H. *Mateus*. Traduzido por Oswaldo Ramos. São Paulo/SP: Editora Vida, 1996. (Novo Comentário Bíblico Contemporâneo).

NICHOL, Francis D. (Ed.). *Comentário bíblico Adventista del 7º Dia*. Traduzido por Victor E. Ampuero Matta. 7 v. Boise/ID: Pacific Press Publishing Association, 1978/1990.

NOLLAND, John. *Luke 1-9:20*. Dallas/TX: Word Books, 1995. (*Word Biblical Commentary*, v. 35a).

PACKER, J. I.; TENNEY, Merrill C.; WHITE, William Jr. *O mundo do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Vida, 2000.

PFEIFFER, Charles F.; HARRISON, Everett F. (Eds.). *The Wycliffe Bible Commentary*. Chicago: Moody Press, 1968.

_____. *Comentário bíblico Moody*. 5 v. São Paulo: Imprensa Batista Regular, 1980.

POHL, Adolf. *Apocalipse de João*. 2 v. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2001 (Comentário Esperança).

POOLE, Matthew. *A Commentary on the Holy Bible*. 3 v. Carlisle: Banner of Truth Trust, 1974.

RODOR, A. A. *Cristo nos Evangelhos*. 2005. 28 f. Notas de aula.

ROS, Pablo Termes (Ed.). *Enciclopedia de la Biblia*. 3 e 6 v. Barcelona: Garriga, 1963.

ROPS, Henri Daniel. *A vida diária nos tempos de Jesus*. São Paulo: Vida Nova, 1991.

RYLE, J. C. *Comentário do Evangelho segundo S. Mateus*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1959.

SCHMID, Josef. *El evangelio según San Mateo*. Barcelona: Editorial Herder, 1973.

SILVA, Rodrigo P. *Um desconhecido galileu: uma abordagem histórico-científica da vida e obras de Jesus de Nazaré*. Engenheiro Coelho/SP: Imprensa Universitária Adventista, 2001.

SILVA, Horne P. *Cristo e os Evangelhos*. São Paulo: Instituto Adventista de Ensino, 1984.

SIMEON, Charles. *Expository Outlines on the Whole Bible*. 21 v. Grand Rapids/MI: Zondervan Publishing House, 1956.

SPENCE, H. D. M.; EXELL, Joseph S. (Eds.). *The Pulpit Commentary*. 51 v. Grand Rapids/MI: W. M. B. Eerdmans Publishing Company, 1977.

STANLEY, David Michael. *Evangelho de Mateus*. São Paulo: Edições Paulinas, 1975.

STOTT, John R. W. *A mensagem do Sermão do Monte: contracultura cristã*. São Paulo: ABU Editora, 2001.

TASKER, R.V.G. *Evangelho Segundo Mateus: introdução e comentário*. São Paulo: Mundo Cristão, 1991 (Série Cultura Bíblica).

VENTURA, Samuel Vila. *Nuevo diccionario bíblico ilustrado*. Barcelona: Editorial Clie, 1985.

VINE, W. E. *Diccionario expositivo de palabras del Nuevo Testamento*. Barcelona: Editorial Clie, 2002.

WHITE, Ellen G. *O maior discurso de Cristo*. Tatuí/SP: Casa Publicadora Brasileira, 2002.